



### Ata nº 16

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 30 presenças):

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Berta Paula Brito Silva Cruz (PSD); Luís Ferreira Guilherme (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Rui Miguel Pinto Afonso Gago (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Rui Pedro Machado Ribeiro (CDU); Elza Maria Sousa Cunha (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); Fábio Miguel Simões (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Elisabete Maria Romão Vargues (PSD – União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada.

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Carlos Alberto.

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo.

Tiago Botelho Martins da Silva (PSD) – Substituído por Berta Paula Brito Silva Cruz.

António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por Luís Ferreira Guilherme.



Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD) – Substituído por Rui Miguel Pinto Afonso Gago.

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por Rui Pedro Machado Ribeiro.

Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN) – Substituído por Elza Maria Sousa Cunha.

João Francisco Calado Espanhol (PS) – Substituído por Fábio Miguel Simões.

Bruno Gonçalo Azevedo Lage (PSD - Presidente da União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro) – Substituído por Elisabete Maria Romão Vargues, que após **tomar posse** tomou lugar na respetiva bancada.

**- Composição da Mesa:** -----

Presidente: Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte.

1º. Secretário: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

2.ª Secretária: Cláudia Suzana Silva da Luz.

**- Membros do Executivo:** -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho, o Vice- Presidente Paulo Santos e os Vereadores Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Aquiles Fernando Dias Marreiros e Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:***

I - Período Antes da Ordem do Dia;

II - Período da Ordem do Dia:

1 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2022 e 2023 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Consulta Prévia ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de gás, com a Central de Compras da



Comunidade Intermunicipal do Algarve – CC-AMAL, para o Lote 1 – Gás Natural Canalizado e Lote 3 – Gás Propano a Granel – Proposta nº 313/2022/CM;

2 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 (Revisão) – Proposta nº. 327/2022/CM;

3 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Regulamento Interno da Companhia de Sapadores Bombeiros de Faro – Proposta nº 329/2022/CM;

4 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Regulamento Municipal para Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados; – Proposta n.º 341/2022/CM;

5 – Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Alienação em hasta pública de um lote de terreno com área de 4.008m<sup>2</sup> (Lote 3) destinado a edificação de equipamento hoteleiro sito no Complexo Desportivo – Av. Cidade Hayward – Proposta n.º 342/2022/CM;

6 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

III. Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

IV. Moções.

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Vamos então proceder à discussão no período antes da ordem do dia, sendo que enquanto aguardo inscrições, se as houver, dos grupos municipais, informava os membros da Assembleia Municipal e o público de que o processo tendente à transmissão das sessões da Assembleia Municipal está neste momento dependente de uma assinatura, todo o processo já tramitou e os obstáculos que nós publicamente demos conta foram ultrapassados, pelo que seguramente, cremos nós, será possível na próxima reunião da Assembleia Municipal proceder desde logo à transmissão, para que os munícipes que não podem estar presentes, ainda assim consigam acompanhar os nossos trabalhos.



Hoje recebi também nota, por parte dos serviços da autarquia, de que temos no Salão Nobre um problema de circuitos de som, parece que não é possível ter a funcionar, nos termos em que nós conhecemos, um microfone por bancada e por isso informávamos os senhores deputados que desejam intervir no debate, para se dirigiram ao púlpito nos mesmos termos em que já o fizemos noutra circunstância, esperando que seja possível que na próxima reunião o problema já esteja sanado, ou então a Mesa da Assembleia Municipal procurará encontrar soluções para que seja possível de forma mais expedita, cada um proceder às suas intervenções.»

**O membro da AM, Ana Passos (PS)** – «Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, na sua pessoa cumprimento todos os vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, funcionários, Exm.º público.

Sr. Presidente, trago aqui hoje duas notas apenas. Uma nota para lhe perguntar o que é que está a ser feito ao nível do plano de poupança de energia no concelho. Como todos sabemos, foi publicado na terça-feira passada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022, onde é publicado um plano de poupança de energia para o país, para a Administração Pública Central, para a Administração Local, para os privados e cidadãos em geral.

Relativamente à Administração Pública Local, há uma série de medidas, salvo erro dezasseis medidas, a serem implementadas ao nível de eficiência energética, eficiência hídrica e, salvo erro, comunicação e divulgação de boas práticas. Gostaríamos de saber o que é que está a ser preparado neste concelho, o que é que está a ser feito, o que é que já está a ser implementado e o que é que vai ser implementado.

Uma outra nota prende-se com o Largo da Palmeira. É um Largo bonito, foram feitas obras recentemente, mas parece-me óbvio para todos e todas os que passam ali, especialmente no fim de semana, que o espaço para se colocar o lixo, numa zona que tem muitos restaurantes, é insuficiente. Quando as obras começaram os comerciantes pensaram que iriam alterar aquele espaço, aumentar a dimensão e fazer qualquer coisa diferente, mas não, fizeram toda a obra e mantiveram apenas um espaço exíguo para a



recolha do lixo, o que acumula ali uma série de lixo, especialmente ao fim de semana, pondo em causa a saúde pública. Muito obrigada.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** – «Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, na pessoa de V. Ex.<sup>as</sup> cumprimento todos os presentes, incluindo o público.

Eu devo dizer que, em quarenta e poucos anos de democracia e Poder Local, este município de Faro teve, em termos do alavancar dessa mesma democracia e de funcionamento que eu aqui referi, a constituição das Comissões que nós aqui decidimos há algum tempo a esta parte. Portanto, o funcionamento na plenitude, tanto da parte do PSD como da parte do PS, são fundamentais.

Tive oportunidade de dizer aqui, a alguns elementos do PS, que não acreditava de maneira nenhuma que o Governo viesse alterar a designação do Aeroporto Internacional de Faro, como nós aqui decidimos convosco. Nós subscrevemos em consciência a vossa proposta sobre o Aeroporto de Faro. E era textual “Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho”. Não foi isso que o Governo fez! Há dois ou três elementos da vossa bancada, que na altura nos juraram aqui a pés juntos, que seria “Aeroporto Internacional de Faro”. Como vocês viram não foi isso que o Sr. António, de Lisboa, entendeu e portanto ficam aqui os meus alertas aos elementos do PS, que nessa altura me chamaram à atenção e quase me pediram para me calar sobre esse assunto.

Falei-vos do António de Lisboa e curiosamente eu estava aqui este verão, numa das praias com um amigo meu Socialista e passa o António de Lisboa. Esse meu amigo, curiosamente, é bastante amigo do António de Lisboa e o António de Lisboa disse para ele: “*Então pá, como é que isso está lá por Faro?*” E o meu amigo muito corretamente, que é Socialista, disse-lhe: “*É pá, António, aquilo continua na mesma!* E o António de Lisboa virou-se para ele e disse-lhe assim: “*Ouve lá mas isso vai manter-se, o estou pronto 2?*” Eles lá percebiam a linguagem que estavam a falar... E o nosso amigo o António de Lisboa, ficou muito embasbacado quando o outro lhe disse “*É pá ainda é pior!*” E o meu amigo Socialista que estava comigo na praia disse-lhe assim: “*É que parece que agora falam no António de Olhão!*” E diz o António



de Lisboa: “Não me digas isso, porque esse ainda é pior, anda-me a morder os calos a toda a hora, nem sequer ao comício de Faro vou.”

Disse-vos há cinco anos, tratem do programa, tratem do candidato, porque alternância em política é fundamental.

Estamos aqui há 16 anos e ainda bem, porque temos feito Faro avançar. Mas, por favor, tragam aqui coisas que possam possibilitar que esta próxima disputa eleitoral, daqui por três anos, seja autêntica e como têm sido todas as outras, mas por favor trabalhem, e se não quiserem trabalhar, deixem-nos trabalhar.

Sr. Presidente de Câmara, a Alameda foi um brilharete quando o senhor a apresentou e eu tive a oportunidade de lá estar. Nota-se já algum desleixo e não é por culpa de V. Ex.<sup>a</sup>, como lhe tenho dito muitas vezes, o senhor tem muitos colaboradores e, portanto, ponha-os a trabalhar. Em questões de segurança, acho que efetivamente se mantém, mas já há e já se nota algum abrandamento na manutenção do espaço. Peço-lhe, encarecidamente, para que daqui por três ou quatro anos aquilo esteja como no dia da inauguração, que tome algumas medidas para que a Alameda seja verdadeiramente a Alameda que o senhor inaugurou. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Na sua pessoa saúdo V. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Câmara, as Sr<sup>as</sup> vereadoras, os Sr. Vereadores, os Exm<sup>os</sup> deputados municipais e o Exm.<sup>o</sup> público.

Eu gosto sempre de ouvir as rábulas do Gameiro. Dá uma no cravo e outra na ferradura! Vou-lhe dizer que arrume lá a vossa casa, que o PS tinha aqui outra resposta, mas não lhe dou porque não é conveniente.

Sr. Presidente, queria-lhe colocar aqui uma questão. Nós, em Faro, temos vários embustes, isto é uma cidade muito *sui generis*. Temos um embuste que é da Mercearia Aliança; temos aqui próximo de nós outro embuste; temos o embuste da Horta da Areia; temos um embuste da Horta do Fritz; temos um embuste do Bairro que existe junto ao depósito a água...

Sr. Presidente, eu sou uma pessoa que gosto de me levantar cedo, e sou um visitante assíduo do Parque Ribeirinho. Como moro ali próximo, algumas



vezes faço uma caminhada até próximo do aeroporto, ou então quando levo a bicicleta, vou até à Praia de Faro. Numa primeira fase, fui surpreendido com uma barreira colocada pelo proprietário, mas quando ia de bicicleta conseguia contornar nas costas do edifício. Agora, mais à frente, fui surpreendido com uma outra barreira junto à Ribeira, logo à entrada outra barreira. Mas eu trago aqui isto esta esta noite, porque na segunda barreira, na última vez que fui, ia um casal holandês à minha frente e deu-se ali um acidente, em que a rapariga (era um casal jovem) tinha uma indicação do hotel onde estava, que para ir à Praia de Faro podia fazer a via pedonal, a rapariga teve dificuldade em passar a bicicleta e caiu, e eu e o rapaz que ia com ela, fomos buscar a rapariga. O que eu trago aqui? Este embuste é para continuar ou há solução brevemente? Aquilo é um espaço de referência, que é muito utilizado. E aqui saúdo o Presidente da Junta de Freguesia que, de facto, tem feito um excelente trabalho na manutenção daquele espaço. Agora, o que eu pedia ao Sr. Presidente, é que acelere a solução para aquele espaço.

Gastámos ali milhões de euros, e agora aquilo está trancado. É que quando havia uma, ainda se passava, agora com mais duas, e logo à entrada, tem que passar pelo terreno adjacente que o proprietário já começa a chamar a atenção. O que eu pedia é que aquilo não se tornasse num embuste. Tenho dito. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Faro, Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, estimados vereadores, elementos da Mesa, restantes membros da Assembleia Municipal e digníssimo público.

Eu vou falar aqui sobre um tema que certamente marcará a atualidade dos próximos meses, que é a inflação. A inflação que, enfim, atinge níveis absolutamente históricos e não vistos nos últimos trinta anos. Ainda muito recentemente, o INE acabou de publicar uma... enfim, taxa de inflação, que de facto, assume contornos de 9,8% em termos acumulados, face ao período homólogo.

Pior do que isso, são os produtos alimentares não transformados, que já atingem 16,9%, este ano, de aumento. Esta realidade, associada obviamente



ao crescente aumento das taxas de juros, que está a ser planeado pelos bancos centrais, vai provocar enormes problemas às famílias e às empresas portuguesas, mas sobretudo, na nossa realidade, aos farenses.

Um dos efeitos colaterais desta elevada inflação é o significativo aumento da receita fiscal. Sendo que, até agosto do presente, estamos com uma variação homóloga de 22,85% na receita fiscal da administração social – estes são valores executados, que representam seis mil duzentos e trinta e dois milhões de euros.

Nas administrações locais temos igualmente um aumento de receita menor, mas mesmo assim ainda a atingir os 13,8%, sendo que a grande fatia deste aumento reverte a favor do imposto municipal sobre transmissões onerosas, em que o aumento se cifra em 38,3%.

Também na Câmara de Faro, registamos um aumento deste imposto, segundo a posição atual do orçamento da receita, que consta do anexo 1 da Proposta 327/2022, que nós vamos discutir em seguida, a execução orçamental deste imposto já acumulou onze milhões cento e dezanove mil euros nos primeiros oito meses. Ou seja, igualou todo o ano anterior e já superou o valor orçamentado para 2022.

Em toda a verdade, os restantes impostos não subiram, ou seja, mantiveram-se iguais ou até desceram.

De qualquer das formas consideramos que, face às dificuldades que nós vamos esperar daqui para a frente, a Câmara deve dar aqui alguma forma de apoio. Por isso, consideramos que as receitas e os impostos municipais que se encontrem acima da inflação sejam retribuídos aos munícipes por via de diferentes fatores, a estudar por parte da Câmara, para apoiar os munícipes face aos efeitos resultantes dos níveis de inflação. Lançamos desde já o desafio, obviamente, de avaliar um conjunto de medidas de apoio, dependendo do que conseguimos executar até agora.

Agora, esperam-se de facto dificuldades económicas, provavelmente a evolução não será tão favorável, eu assumo isso, a Câmara e o Executivo é que terão mais informação e conseguirão avaliar a situação melhor. Mas penso que é importante dar um apoio direto às pessoas que mais



necessitam, aquelas que vão passar fome ou que viverão dificuldades de aceder aos bens de primeira necessidade.

Aqui, consideramos que seria interessante reforçar a cooperação e a articulação com as instituições locais que prestam, neste caso, o apoio a este combate à fome e a prestação do serviço de primeira necessidade, seja através de campanhas de sensibilização de voluntariado e solidariedade social dentro da própria sociedade, das empresas e das famílias. Eu penso que aqui muitas vezes conseguimos chamar a atenção de que a ajuda é necessária e isso será feito.

Obviamente, da nossa parte, gostaríamos também de ver a ser avaliada uma possível descida dos impostos municipais ou, pelo menos, uma avaliação de se uma carga fiscal pode ser reduzida a nível municipal, e que a Câmara, obviamente, tenha atenção redobrada às despesas do município, porque 2023 não vai ser fácil, em 2024 não vai ser fácil e temos que estar preparados e não podemos ser apanhados em contrapé. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, digníssimos membros, estimado público.

Isto por acaso é muito desagradável, porque falo de costas para as pessoas e torna a interação com a Mesa menos profícua, porque eu, antes de querer fazer a intervenção no Período Antes da Ordem do Dia, gostava de fazer dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente, se fosse possível.

O Sr. Presidente da Mesa, há pouco, referiu que faltava uma assinatura para haver novamente transmissões *online* e eu gostava de saber quem é que falta assinar, de quem é que é essa assinatura, uma vez que estamos há um ano à espera.»

**Presidente da Assembleia Municipal** - «Creio que já não falta, faltava. Eu já assinei e já está despachado.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «O segundo pedido de esclarecimento: Percebi que houve aqui um encontro com os líderes das bancadas, a propósito da Proposta 500/2021 da Câmara Municipal, onde pelo que me foi transmitido, a mesma proposta voltará para ser aprovada e



votada nesta Assembleia Municipal e, pelo que me transmitiram, os serviços do município tinham recebido instruções para interromperem as notificações que estão a enviar aos proprietários da habitação social.

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Explicaram-lhe mal.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – Então, eu gostaria de ser esclarecido a esse respeito, por favor.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Eu falarei no fim deste ponto e prestarei à Assembleia Municipal as explicações que forem devidas. Continue, por favor.

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Fico a aguardar, então, a resposta ao meu pedido de esclarecimento.

Bom, meus caros, muito boa noite a todos. Agora sim, a intervenção que eu gostaria de fazer no Período Antes da Ordem do Dia, ficarei a aguardar este esclarecimento.

Queria-vos falar aqui de dois temas, muito rapidamente. Há algumas Assembleias Municipais atrás, foi aqui aprovado o contrato de fornecimento da energia, sobretudo para os BTNs, com a Endesa. Contrato esse que tinha um prazo até dia 31 de agosto. Foi feito para regularizar algum período em que estivemos a ser fornecidos de energia sem contrato. E tendo passado dia 31 de agosto, e hoje o que vamos aprovar é o gás, eu parece-me que vamos ficar novamente sem contrato, no que diz respeito ao fornecimento da energia. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, quando é que vamos assinar ou ter o procedimento, ou o que for, e que me confirmasse o meu entendimento que o contrato em vigor é até 31 de agosto e que agora não há contrato para o fornecimento de alguma energia municipal. Não quero acreditar que esse seja o motivo pelo qual (e há pouco o ilustre membro da Assembleia Municipal do PSD, Gameiro Alves, falou e muito bem do esforço que foi feito para recuperar a Alameda), não quero acreditar que seja esse o motivo pelo qual a Alameda, a partir das oito da noite, está às escuras, com o seu espaço ainda aberto, mas, ainda assim, gostaria que me confirmasse.

E depois, gostaria também de deixar aqui uma sugestão, no caso ao Município, enquanto acionista do Mercado Municipal, para que procurasse articular com a União de Freguesias de Faro duas situações. Em primeiro



lugar, eu gostaria de deixar a sugestão e lançar o repto para que o Mercado de Faro estabelecesse, com os operadores do Mercado, um acordo semelhante ao que tem com o supermercado, no piso -1, para que os munícipes e visitantes que queiram fazer compras no Mercado Municipal de Faro possam também ter direito a estacionamento gratuito, a partir de terminar de valor, para procurar trazer mais pessoas para o Mercado Municipal de Faro.

E em segundo lugar, uma vez que o mercadinho do Largo do Carmo acontece ao domingo, e posso estar enganado, mas cada vez são mais os produtores que vêm de fora do concelho, que procurasse, em conjunto com a União de Freguesias de Faro, estudar a possibilidade de esse mercadinho realizar-se também em frente ao Mercado Municipal de Faro. E a questão a este respeito é muito simples: quem vai ao mercado no Largo do Carmo, não volta depois ao Mercado Municipal de Faro para fazer compras.

E se estiver lá tudo concentrado, estamos a apoiar os operadores do concelho que pagam as suas despesas e as suas contas para estarem lá todos os dias do mês e era uma forma de voltarmos a dar mais dinâmica àquele que é um espaço emblemático do nosso concelho. Obrigado.»

**O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe** – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.<sup>a</sup> Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, Exm.<sup>o</sup> público.

Todos os anos, por incrível que pareça, acontece a confusão no início do ano letivo com os transportes escolares. Já tive a oportunidade de enviar um ofício ao Sr. Presidente da Câmara, são dezenas de reclamações, más novidades e eu vou só dar aqui alguns exemplos. Neste momento, as crianças que tenham de entrar às 13.30h, numa das escolas de Faro, têm de vir às 8.30h para Faro, porque a VAMUS retirou o autocarro que havia por volta do meio-dia e que servia a essas crianças.

A via Faro acontece a mesma coisa. A via Faro que chega de Bordeira somente à cidade de Faro, passa ali pela Pinheiro e Rosa às 13.40h e há crianças que entram às 13.30h. E o horário antes é às 8.00h e tal da manhã.



A VAMUS, com a retirada desse autocarro por volta do meio-dia, de facto, vem prejudicar bastante a deslocação das crianças para as escolas.

Por outro lado, temos a situação de que as crianças que vêm na VAMUS chegam à Eva, tendo de apanhar o PRÓXIMO para ir para a Pinheiro e Rosa. Mas o passe do transporte escolar só cobre a VAMUS, não cobre o outro, então há famílias que têm de ter dois passes para as crianças irem para a Pinheiro e Rosa. Eu estou a falar muito na Pinheiro e Rosa, porque para onde a maioria dos estudantes da Freguesia de Santa Bárbara de Nexe vão fazer o Secundário uma vez que é a Escola sede do Agrupamento (da qual está aqui o senhor diretor que deve estar a ouvir com muita atenção).

Em relação à Via Faro não tem nenhum transporte que ligue Santa Bárbara de Nexe à cidade. Vai um para Estoi e vai outro para o Montenegro. Ligar diretamente à cidade não há nenhuma carreira. Eu acho que faz falta aqui uma grande articulação. Todos os anos andamos em mão entre as escolas e os serviços municipais. Eu até penso que obviamente, nem o Presidente da Câmara está a par destas situações, nem nenhum Vereador, porque chega lá à informação e é para fazer, é normal que assim seja, mas todos os anos acontece esta situação.

Eu tinha sugerido em relação à Via Faro, que houvesse uma articulação entre Santa Bárbara de Nexe e os horários de Estoi, ao menos as crianças podiam fazer um transbordo para se deslocarem então para a cidade, para o Agrupamento Pinheiro e Rosa. E que também o que vai para o Montenegro, fizesse também ligação à Universidade do Algarve, nas Gambelas, uma vez que também há estudantes universitários na Freguesia de Santa Bárbara de Nexe que estudam nas Gambelas.

Era esta questão de alerta para os transportes e a necessidade de definitivamente, ano após ano, não haver esta confusão toda. Muito obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, boa noite Sr. Presidente da Câmara Municipal, boa noite a todos os presentes.

Quatro questões. A primeira questão, julgo que será de resolução fácil e tem a ver com as condições de trabalho e funcionamento desta Assembleia



Municipal e dos seus membros. Eu julgo que, por reparação do equipamento ou por aquisição de equipamento novo, estará perfeitamente ao alcance da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, resolver este problema de nós termos de andar a levantar e a sentar para podermos intervir. Já passamos por isto quando as sessões não decorriam neste local. Neste local pensávamos que o problema estava ultrapassado, mas não está. Eu julgo que não pode ser complicado, nem difícil, nem caro pôr a funcionar um sistema como deve ser para que isto possa decorrer com outra fluidez. Portanto, deixávamos esta questão, para rapidamente ser resolvido este problema.

Uma segunda questão. Iniciou-se há muito pouco tempo o ano letivo, o Município de Faro tem responsabilidades acrescidas resultante da transferência e aceitação de competências nos domínios da educação e nos domínios da vida escolar municipal em Faro e é um problema que se reflete e afeta muitas famílias, muitos pais, muitos encarregados de educação. E tem a ver com a hora a que os jovens podem chegar à escola e serem acolhidos pela escola no recinto da escola. Isto exige que as escolas estejam devidamente apetrechadas para que, antes do início da atividade letiva escolar daquele dia, as crianças possam estar na escola, dentro da escola, devidamente acolhidas pela escola. Se há dificuldades com o pessoal, se há dificuldades de outro tipo, julgo que o assunto merece ser rapidamente resolvido. Porque muitos pais têm de conciliar a sua hora de entrada nos seus locais de trabalho, com a hora a que deixam as crianças na escola. E a escola deveria ter as condições necessárias para acolher as crianças sem custos acrescidos. É uma obrigação da escola, e da transferência de competências será uma obrigação municipal. Saibamos cumprir para com a nossa juventude e para com os pais e os encarregados de educação, essa nossa obrigação.

Uma terceira questão. Na Escola da Praia de Faro, houve, do ano letivo passado para este ano letivo, segundo julgo saber, a passagem daquela Escola a Jardim de Infância. A passagem daquela Escola a Jardim de Infância, exigia que todo o mobiliário que equipa aquela escola fosse adequado a crianças mais pequenas. Julgamos saber que isso não aconteceu e a questão é: deveria ser feito um esforço para, tão rapidamente



quanto possível, aquela escola ser equipada com o mobiliário adequado ao porte físico das crianças.

Finalmente, uma última questão. Quando foi da inauguração do Parque de Campismo de Faro, na Praia de Faro, foi identificada logo uma questão muito importante para o bom funcionamento daquele Parque de Campismo, que era a questão do sombreamento. Passou-se este verão e não demos notícia que tivesse havido alguma ação que visasse equipar o Parque de Campismo de muitas maneiras possíveis com áreas de sombreamento. A questão que nós colocamos é esta: está em curso? Está previsto? Está para breve o investimento no Parque de Campismo que permita a criação de sombreamento? Obrigado.»

**O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM)** – Boa noite a todos, Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa toda esta Assembleia.

Cada vez faz mais falta um Parlamento Regional. Estes assuntos que estão aqui a ser debatidos, e os que eu vou apresentar também, inserem-se nessa perspetiva. E reforçando a ideia de que vai haver outro embuste à capital do Algarve e ao próprio Algarve, a situação da eletrificação da linha de caminho de ferro que já está aí para nós presenciarmos, há uma nova barreira que vai ser criada, uma barreira que já existe há muitas décadas e que vai ser reforçada, qual muro de separação entre países. Mas aqui, neste caso, é a separação entre uma cidade que está de costas voltadas para Ria Formosa e que vai ficar perigosamente com essa mancha, ou essa faca, que vai cortar a relação da cidade com a Ria Formosa.

Começaram a implantar, no Largo de São Francisco, chumbando cerca de dez catenárias. Ainda faltam os cabos e os tirantes para enxamear aquela zona, que é um jardim, vai ser uma futura Alameda, naturalmente, e esse enxameamento de catenárias vai desfigurar uma área de qualidade urbanística inigualável. Não existe, em mais lado nenhum, um espaço com tanta qualidade quanto é a Frente Ribeirinha, como nós conhecemos.

E vou dirigir-me também ao Sr. Eng.º Pedro Nunes dos Santos, o Ministro das Infraestruturas. Ele optou por eletrificar a linha toda. Vão ser sessenta milhões de euros gastos. No âmbito da Comissão de Planeamento que estivemos há pouco reunidos em quatro reuniões, descobrimos entre nós,



que a Baixa Saxónia, na Alemanha, vai iniciar a sua linha regional com comboios a hidrogénio. Ora, o que eu quero dizer com isto é que com o comboio a hidrogénio desaparece a eletrificação. Portanto, não havia necessidade de se criar uma rede de sessenta ou setenta quilómetros com catenárias que vão enxamear sítios paradisíacos. Basta dizer, na baía de Lagos, um campo de golf vai ser atravessado com uma série de catenárias de um lado a outro e a baía toda também. Olhão vai ter problemas também ao longo da Ria Formosa, ao longo da Ria de Alvor e ao longo de uma série de espaços de qualidade inestimável.

E a Baixa Saxónia vai comprar um conjunto de composições a hidrogénio e nós fizemos simplesmente as contas. Cada composição custa 3,2 milhões. Ora, bastariam cinco comboios desses, ou seis que sejam, teríamos contribuído para o défice e para a inflação deste país. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Presidente da Câmara, caros membros da Assembleia Municipal e caro público.

O meu pedido de esclarecimento é dirigido ao S. Presidente da Câmara.

Tendo tido conhecimento há muito pouco tempo, há questão de umas duas horas ou três, que os salários dos Bombeiros Voluntários estariam em atraso, na sequência de a Câmara não transferir a verba como é normal, de acordo com o protocolo que tem com estes Bombeiros Voluntários, gostaria de ter um esclarecimento sobre esta matéria, que considero importante. Muito obrigada.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar o S. Presidente da Mesa, caros Vereadores, digníssimos membros da Assembleia Municipal, digníssimos munícipes aqui presentes.

Relativamente a algumas questões que aqui foram colocadas:

Sobre o Plano de Poupança de Energia do Governo, eu ainda não tive acesso, não foi ainda publicado, vi algumas medidas na comunicação social e, portanto, estou à espera de que me cheguem essas tais dezasseis medidas para depois analisarmos e vermos as implicações que terão. Desde já, aquilo que for de lei será cumprido.



Depois, sobre o Largo da Palmeira, “os espaços para lixo são insuficientes...” Nós requalificámos o Largo, os contentores foram contentorizados... e, já agora, dizer aqui que não é só o problema do Largo da Palmeira, é o problema de toda a Baixa. Nós fizemos algum reforço, mas não resulta. E não resulta, primeiro não é possível aumentarmos a contentorização para dar resposta às situações que hoje nós temos. E não é possível porque? Porque nós temos, em particular na Baixa, um conjunto de vestígios arqueológicos e, em muitas situações, não é possível abrir e pôr contentores. Isso aconteceu quando nós enterrámos tudo, chegámos a ter que mudar duas e três vezes a localização, cumprindo aquilo que está definido, que é um contentor de 100 metros ou 150 metros. Agora, tenho a dizer que há várias soluções para isto. Nós temos o porta-a-porta, em que Algar vai recolher ao próprio estabelecimento, e andamos a fazer juntamente com a Associação da Baixa, ações de sensibilização e as pessoas não aderem. É muito mais cómodo no fim do dia, pegar nos sacos e ir pôr muitas vezes ao lado, porque aquilo está cheio, e não esperar que no dia seguinte às 8h ou às 9h da manhã se vá buscar a casa. E portanto há aqui duas hipóteses de soluções que nem sempre são compatíveis uma com outra. E essa porta-a-porta foi feita exatamente por causa desta questão. E hoje nós temos uma pressão, isto fundamentalmente passa-se na Baixa e depois temos mais dois ou três pontos bem identificados no resto do concelho, mas fundamentalmente passa-se na Baixa, pela pressão da restauração, dos estabelecimentos comerciais e por aí fora. E cada vez vai haver mais! E portanto, estamos a tentar minimizar. E também se passa mais no verão. A partir de agora as coisas começam de alguma forma a acalmar.

Sobre o que o Gameiro Alves referiu, do aeroporto, não me vou pronunciar.

Da Alameda, estamos atentos a isso, ficamos muito satisfeitos da afiliação e da adesão da população e é evidente que essa adesão traz um desgaste acrescido, que tem que ser de alguma forma acompanhado.

Sobre o que o Sr. Carlos Alberto falou sobre a questão do Parque Ribeirinho, a seu tempo terá uma solução sobre essa questão.

Daniel Viegas, fala aqui na questão da inflação. É verdade, estamos atentos a isso, iremos ter em conta como temos tido, em particular no ano 2020 com a pandemia, no ano 2022, este ano com menos incidência, mas continuamos



a trabalhar com as IPSS e a estar atentos relativamente a essa questão. No próximo ano, provavelmente, vamos ter que canalizar fundos e acompanhar a evolução da situação, porque vamos ter provavelmente pessoas que não vão conseguir fazer face às despesas que têm com os rendimentos que têm. Desde logo com a inflação - eu costumo dizer, com todo o respeito, que antes as pessoas chegavam ao fim do mês e sobravam-lhes cinco cêntimos nos rendimentos, agora provavelmente sobram-lhes cinco dias e, portanto, isto para dizer que temos que acompanhar isso, a questão das taxas de juros certamente vai trazer... E aqui há aqui uma questão que isto não tem a ver só com as pessoas com rendimentos mais baixos, apanhará certamente a classe média numa franja muito grande, aliás, ainda esta semana, se via aí, prestações de trezentos euros podem ir para setecentos e certamente haverá pessoas que têm prestações muito superiores a trezentos euros e portanto, imaginem o efeito que essa questão tem a ver. E, portanto, vamos ter isso em conta e tal como fizemos em 2020, se for preciso não canalizaremos verbas para outras coisas. Esta situação é certamente prioritária, ajudar as pessoas, mesmo que isso implique fazer menos investimento, fazer menos aquisições.

Sobre o que o membro Guilherme Portada disse, o contrato com a ENDESA já terminou, mas temos contrato com a EDP Comercial e a EDP Universal, no mercado regulado e no outro, portanto as coisas estão a funcionar, pode ficar descansado que o fornecimento continua e os pagamentos irão ocorrer. Portanto, já não temos contrato com a ENDESA, temos contrato com a EDP Comercial e a EDP Universal.

Depois, sobre os vouchers, ou como lhe quiser chamar, do estacionamento, o Pingo Doce compra-os, os operadores se quiserem (e alguns fazem) também compram a um preço que está estipulado e podem-no fazer também. Portanto, não há aqui nenhuma diferenciação sobre o Pingo Doce ou os outros operadores, quem quiser usufruir dessa vantagem, por assim dizer, pode fazê-lo.

Sobre a questão do mercadinho, isso já foi colocado, as pessoas do mercadinho não querem ir para o Mercado Municipal e portanto estão no Largo do Carmo.



Sobre a questão dos transportes que o Presidente Sérgio Martins referiu, é verdade, todos os anos no início do ano temos esta questão. É uma problemática complexa e, aliás, nós temos nas zonas de Santa Bárbara, dos Gorjões, de Estoi e até da Conceição, toda a zona não urbana propriamente, nós temos neste momento dois transportes nestas zonas. Temos a VAMUS, que resulta de um concurso regional feito pela AMAL e quando digo regional, são linhas que operam na região, intermunicipais. Portanto são linhas que iniciam num concelho, vão a outro concelho e depois terminam onde têm que terminar.

Temos a PRÓXIMO que é uma concessão que é nossa, dos Mini Bus e temos neste momento a Via Faro, que é um transporte que é do Município e que foi definido com um conjunto de linhas. Os alunos podem utilizar qualquer um desses transportes gratuitamente, é o Município que paga. Há uma parte que é paga através do Fundo Social Municipal pelo Estado, verbas que vêm, e a outra parte é paga por nós com verbas municipais. Eu explico: por exemplo, o Escalão B tem 50% de passe, o resto era das famílias, nós tomámos o ano passado a decisão de assumir esse valor e, portanto, não se paga.

Agora, esta questão é uma questão complexa porquê? Primeiro, têm direito a transporte todos os alunos que residem a mais de 3 km da escola, os outros não têm. Nós abrimos algumas exceções quando são 2 km e meio, por-aí-fora, mas não podemos abrir para todos porque senão, às tantas, temos que fazer para todos.

Depois, os transportes públicos só funcionam porque há transporte escolar. Tirando os de longa duração, nenhuma destas rotas, se não existir transporte escolar, não é viável. Mas ainda bem que há o transporte escolar, porque isso permite, para além de termos o transporte escolar, permite termos os transportes para outras pessoas, nomeadamente, os munícipes.

Nós temos desde logo um problema, as escolas é que definem o horário de início e de final. Por exemplo, houve escolas que, pela primeira vez este ano, decidiram começar as aulas às 8h20 e outras continuam às 8h30. Estes 10 minutos trazem-nos problemas gravíssimos. Porque nós podemos chegar - "podemos" entrar aspas, estou a fazer um exercício teórico - podemos chegar a todas as carreiras e antecipá-las 10 minutos. Mas depois isso vai fazer com



que as pessoas que não são alunos possam deixar de ter carreiras. Portanto, há aqui um equilíbrio que tem que ser muito bem estudado e nós temos um gabinete que se constitui como... nós somos autoridade de transportes, temos essa competência já há três anos, salvo erro, e portanto, nós temos esse gabinete que faz essa coordenação entre os diversos transportes, mas nem sempre é fácil de coordenar isso, porque se nós alterarmos rotas, porque se nós alterarmos horários, podemos estar a resolver o problema de um, dois, às vezes é isso que está em causa, alunos, e estar a criar um problema à população. E, portanto, para dizer que temos conhecimento disso. Ainda hoje decidi (porque o sistema ainda não está oleado porque temos aqui mais uma carreira) decidi que, no caso de umas carreiras, elas serão gratuitas durante mais quinze dias, até que todos tenham passe e possam, de alguma forma, usufruir. Não é um problema fácil, é um problema que estamos a acompanhar e a tentar minimizar todas as situações.

Sobre o que disse o membro António Mendonça, sobre a questão do som, eu peço desculpa, o cabo avariou-se hoje, e portanto vamos ter que comprar outro cabo e logo que o tenhamos, a situação estará certamente resolvida.

Depois, a questão de abrir as escolas mais cedo, houve escolas que o fizeram, eu percebo o que quer dizer, há pessoas que vão deixar os alunos mais cedo, mas isso nem sempre é possível. Eu quando estava na Pinheira e Rosa, abria a escola às 7h30 da manhã, porque tinha alunos que chegavam às 7h40 por-aí-fora e tinham que esperar e não os ia deixar à porta da escola, ao frio, à chuva, etc. Mas estou a falar de uma escola com alunos mais velhos, que sabem tomar já conta de si, se fosse um pré-escolar, se calhar eu não faria isso, porque eu lá tinha um guarda que abria a escola e as pessoas ficavam no corredor ali umas com as outras, mas para miúdos de cinco anos, ou três ou quatro, isso não é possível. Portanto, nem sempre as escolas têm condições para isso, porque isso implica ter lá mais funcionários, nós temos os rácios para cumprir e se assumirmos isso, então é assumir que a escola não abra às 8h30 ou às 9h00, muitas vezes no pré-escolar é às 9h00 e abra às 8h00 ou às 7h00. Mas isso implica também ter lá a animadora, para tomar conta, ou a educadora. Mas se ela entrar às 8h00, depois não consegue ficar, implica duplicar recursos. Portanto, nem



sempre isso é fácil, eu sei que há negociações, e bem, muitas vezes entre as pessoas que estão lá e estamos a falar muitas vezes de um, dois, três casos, não é propriamente generalizado.

Sobre a Escola da Praia de Faro, concordo, embora o mobiliário que lá estava, fosse mobiliário já adequado a crianças com cinco, seis anos, portanto aí o problema não será muito complicado. Foi uma decisão que se tomou até no Conselho Municipal de Educação. Aquela escola, o ano passado, teve onze ou doze alunos apenas, aliás, salvo erro, só dois eram da praia, os outros até eram de fora da Praia de Faro, este ano só tínhamos um, que foi para o Montenegro e a decisão foi até decidida, sob proposta do Agrupamento, no Conselho Municipal de Educação, e foi não fechar a escola, ela tem condições, tem cozinha, tem tudo, ao fim e ao cabo, aliás, como escola pequenina que é, temos outras que nem sequer isso têm e são maiores. Foi transformar aquela escola num Jardim de Infância e ter uma sala do pré-escolar, que é onde nós temos, em termos do ensino, mais défice.

Sobre o Parque de Campismo, já fizemos lá, salvo erro duas zonas de sombreamento o ano passado, vamos continuar a fazer esse trabalho, embora tenha aqui de dizer que nós estamos de alguma forma a fazer pequenas alterações no Parque de Campismo, nomeadamente, já se percebeu que a zona de tendas, que é a maior zona do Parque de Campismo, nunca esteve cheia nem nunca esteve a 50%, mesmo durante o verão. Hoje a questão das tendas já não é o que era há vinte ou trinta anos. Hoje nós temos muita pressão e aí temos praticamente sempre cheio a questão das autocaravanas. O que estamos a fazer é, naquela zona mais junto da estrada já aumentamos, salvo erro, duas áreas que eram de campismo de tendas, já aumentamos para autocaravanas e provavelmente vamos fazer isso ao longo daquele primeiro corredor, porque é aí que temos pressão, é aí que mandamos todos os dias pessoas embora e, portanto, vamos fazer esta transformação, passando de ter menos área de tendas e mais área para as autocaravanas.

Sobre o salário dos Bombeiros Voluntários, é verdade que ainda não fizemos o protocolo que costumamos fazer para os bombeiros desenvolverem algumas atividades, mas espero que... Se é que há alguém com salários em atraso espero que não seja por isso, porque não é intenção, nem é o objetivo



do município pagar salários de bombeiros e portanto, este é apenas um apoio que nós damos em troca de um serviço e isso está referido no próprio protocolo e portanto é verdade que ainda não fizemos o deste mês, mas penso que irá na próxima reunião de Câmara essa questão, mas espero que não seja essa a situação. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Ana Passos (PS)** – «Sr. Presidente, era só para esclarecer que o Plano de Poupança de Energia foi publicado na terça-feira, dia 27 de setembro e entrou em vigor na quarta-feira, dia 28 de setembro. É a Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/2022. No entanto, eu já tratei de lhe enviar por e-mail para o seu gabinete e assim fica já informado. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado.

Foi colocado pelo deputado Guilherme Portada, à Mesa da Assembleia Municipal, a questão de saber porque é que o Regulamento de Alienação de Habitação Social teria que ser sujeito a nova apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal.

Permitam-me então recordar os termos da aprovação e discussão dos Regulamentos que nós temos nesta casa. Os Regulamentos são apreciados; se houver um pedido de qualquer grupo parlamentar, e nesse caso foi o Partido Socialista que requereu, o respetivo Regulamento desce à especialidade.

Depois é debatido na especialidade, os partidos, se assim o entenderem, apresentam ou não propostas de alteração. Nesse caso nem houve reunião da Comissão em causa, portanto não houve manifestação de interesse das forças políticas em proceder a uma avaliação mais apurada do próprio Regulamento.

E, finalmente, o Regulamento tinha que ser reapreciado pela Assembleia Municipal para ser votado, depois publicado em Diário da República para entrar em vigor.

Sucedem que houve um lapso da Mesa, que só eu tenho responsabilidade, que no momento em que, como faço para todas as outras matérias, recebi aquilo que é aprovado na Assembleia Municipal, nós exaramos um despacho e damos conhecimento do teor das matérias que são aprovadas na Assembleia



Municipal à Câmara Municipal. Foi isso que foi feito, erroneamente neste caso, porque não devia ter sido exarado nenhum despacho, porque a matéria ainda estava a ser tratada na Assembleia Municipal e só poderia ser exarado esse despacho quando a Assembleia se pronunciasse definitivamente a respeito desse Regulamento. Ora, isso envolve desde logo que a Câmara Municipal tenha mandado publicar em Diário da República, estabelecer a entrada em vigor. Ora, qual é o problema? E foi esse problema que eu tentei dirimir, em consonância com os grupos municipais, no sentido de encontrarmos a solução que assegurasse os direitos de terceiros e ao mesmo tempo regularizasse essa situação. Porque a situação de facto neste momento é que houve um Regulamento que não está aprovado nos termos em que a Assembleia Municipal o decidiu, que foi promulgado em Diário da República. E isso obviamente não pode ser.

Quais é que foram as duas soluções que eu solicitei aos líderes de bancada da Assembleia Municipal? Ou, uma, nós alterávamos a ordem de trabalhos e votávamos já hoje o regulamento que tinha sido proposto originariamente, aliás já foi objeto de uma primeira votação. A bancada do PS entendeu que não deveria ser assim, e eu compreendo perfeitamente as razões, ainda querem aprofundar o conhecimento e decidir politicamente qual é o sentido de voto da matéria, portanto, compreendo perfeitamente. E eu informei e creio que fui acompanhado pela esmagadora maioria das bancadas nesta interpretação, de que na próxima reunião da Assembleia Municipal traria o Regulamento.

Entretanto, obviamente, dei conta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal desta circunstância, pedindo-lhe que não fizesse avançar o processo, porque neste momento, se o processo avançar, e se por exemplo o Regulamento não vier a ser aprovado, podemos estar a prejudicar as pessoas, porque as pessoas julgam que está em vigor uma coisa que neste momento não está. E, portanto, por clareza, eu creio que na próxima reunião da Assembleia Municipal teremos condições para resolver definitivamente o problema e para garantirmos que o Regulamento entre em vigor e cumpre por todas as normas.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «O Regulamento, como disse, foi publicado pelos serviços, entendo hoje que é um lapso. E, portanto, o que



farei é não considerar aquela publicação, continuar a aplicar o Regulamento anterior até que decidam sobre o Regulamento atual e depois será publicado e daremos sequência se for caso disso. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Bom, agradeço, fiquei parcialmente...»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «É para que efeito?»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Para o efeito do pedido de esclarecimento que fiz há pouco, não fiquei esclarecido.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Então aprofunde, por favor, o esclarecimento e eu peço que avancemos definitivamente.»

Até porque eu já tive ocasião de explicar esta circunstância a todos os líderes de bancada e creio que a questão está suficientemente clara, na explicação que eu dei. Por isso não me parece razoável que estejamos a prolongar este incidente sem ganho nenhum para os trabalhos da Assembleia Municipal. Eu responder-lhe-ei com todo o gosto, mas peço que o faça rapidamente. Obrigado.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Muito bem. Sr. Presidente, eu agradeço a sua interpretação. Eu entendo que este é um assunto importante para os trabalhos da Assembleia e para as populações visadas por este assunto.»

Portanto, aquilo que eu perguntei e não me foi respondido é: foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara que iria “suspender”, entre aspas, o processo. Entretanto, houve pessoas que foram notificadas com um prazo para se pronunciarem e que caso não se pronunciassem que isso tomava efeito. E a pergunta que eu fiz foi se iriam avisar as pessoas já notificadas, desse lapso que ocorreu. Pergunta 1, à qual eu não me senti esclarecido.

E com a sua intervenção, eu queria pedir o esclarecimento, se na sequência dessa deliberação da Assembleia, quando é que foi remetido para a Comissão o Regulamento para a sua análise? Em que momento é que a Mesa da Assembleia enviou para a Comissão de Habitação o Regulamento com a deliberação para ser discutido.»



**Presidente da Assembleia Municipal** – «Quanto a este aspeto, eu tenho condições de informá-lo desde já. O pedido foi feito pelo grupo do Partido Socialista e na ata consta que aquela matéria descia à Comissão. Portanto, não carece de mais nenhum ato de natureza formal, para que a Comissão se pudesse pronunciar sobre a matéria.

Aliás, no que versa, por exemplo, outro Regulamento em que adotámos exatamente o mesmo procedimento, a Comissão está a trabalhar. A Comissão reuniu-se, convocou as reuniões e começou a trabalhar nesse sentido e, inclusivamente, há pessoas do grupo do Partido Socialista que têm participado nessas reuniões. Portanto, eu não creio que haja nenhum aspeto formal que seja objeto de censura. A única coisa que pode ser objeto de crítica, e eu responsabilizo-me por isso, é o lapso que eu tive, de ter exarado um despacho que não devia ter sido exarado naqueles termos, porque a matéria descia à especialidade e, por isso, não devia ter sido notificada a Câmara Municipal e, por conseguinte, não devia ter sido enviado para Diário da República.

Agora, obviamente que até que a matéria esteja solucionada, e estará solucionada se esse for o entendimento dos grupos municipais, na próxima reunião da Assembleia Municipal (eu agendarei a matéria), aquilo que se pode dizer é que, neste momento, esse Regulamento, se no limite alguém viesse a arguir os efeitos desse Regulamento, alguém viesse a arguir a novidade desse Regulamento pelo facto desse Regulamento não ter cumprido todos os procedimentos de carácter administrativo que nós estabelecemos que eles deviam observar, então isso poderia pôr em causa, aí sim, a posição desses terceiros que estão a ser notificados. Quanto ao resto, do ponto de vista administrativo é fácil interpretar a coisa. Se o Regulamento ainda não está em vigor, neste momento, ele não pode produzir efeitos. E, portanto, o Sr. Presidente dirá o que entende a respeito da matéria, mas obviamente será salvaguardada todas as posições jurídicas dos particulares. E obviamente que um particular que não responda no prazo de 10 dias, ou o prazo que estiver estabelecido para se pronunciar, verá a sua posição jurídica prejudicada.

Portanto, isso é absolutamente claro, do ponto de vista do direito administrativo não poderia ser de outra maneira e espero que agora a minha



explicação tenha sido suficientemente clara para aclarar alguns espíritos que parecem ter dificuldade em entender esta matéria. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Evidentemente que todos os pedidos que foram solicitados, e a iniciativa é sempre do inquilino, todos aqueles que neste período tiveram essa iniciativa e ao qual nós respondemos com base no novo Regulamento - estamos a falar em valores que passaram de trinta para sessenta mil euros - serão notificados dizendo que os valores em causa são calculado com base no Regulamento anterior. Ponto final.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Eu peço que avancemos porque a matéria já foi suficientemente discutida. Eu permiti-me fazer uma mini reunião no princípio da Assembleia Municipal, para podermos aclarar logo e consertar os aspetos entre todos. Julgo que isso no cômputo geral, foi conseguido. Portanto, espero que não arrastemos mais.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Eu fui talvez aqui nesta Assembleia Municipal, quem discordou com essa posição. E disse-o muito claramente e muito aberto. Os Regulamentos que são aprovados no executivo, nesta Assembleia Municipal só têm que dizer ou sim ou não.

Agora, não vamos aqui complicar a trapalhada. O Regulamento está publicado. Há o bom nome da Câmara Municipal, e eu estou aqui para salvaguardar o bom nome da Câmara Municipal. Um Regulamento que foi publicado é público e eu pedia o bom senso. Não é necessário, porque nós somos pessoas responsáveis, uma nova votação de um documento que é público e que está publicado em Diário da República. Eu sou daqueles [pensam] que o documento está aprovado por natureza. Tenho dito.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado. Agradeço a sua boa vontade e o seu entendimento. Mas, infelizmente, aquilo que está lavrado em alta é que a matéria descia à especialidade. E, portanto, quando a votação foi feita aqui, por todos os grupos, foi com base nesse proposto. E, portanto, eu não podia reinterpretar a vontade de cada grupo municipal à luz do que isso me interessasse agora neste momento para resolver o problema. Portanto, a única forma de resolver o problema é trazer a matéria e submetê-la novamente à apreciação dos grupos municipais. Como tive a ocasião de dizer, a Comissão em causa não reuniu, o prazo para aquela se



pronunciar sobre a matéria esgotou-se, que foi um prazo estabelecido de trinta dias, o mesmo prazo que se estabeleceu para outra Comissão reunir sobre a mesma matéria. E portanto, penso que a matéria esteja absolutamente clara, quer no procedimento que vamos adotar para resolver a situação, por um lado, quer do ponto de vista dos efeitos que ela poderia ou não produzir, que me parece que estão completamente salvaguardados, de acordo com a discussão que eu tive com o Sr. Presidente à Câmara e a forma que o Sr. Presidente à Câmara publicamente assumiu, qual era o reflexo que essa circunstância iria implicar para terceiros.

Portanto, peço que ultrapassemos isto, que resolvamos e avancemos para o próximo ponto. O assunto está terminado, já o estamos a arrastar indefinidamente e não vamos pôr aqui pessoas a falarem por terceiros. Todas as pessoas podem estar na Assembleia Municipal e fazer-se valer da sua posição. E, portanto, eu peço, encarecidamente, que não prolonguemos este incidente, que não vale a pena.

Passaremos imediatamente ao período da ordem do dia.»

*Nesta altura, assumiu a presidência o 1º Secretário, Francisco Conde Soares.*

### **PONTO N.º 01**

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2022 e 2023 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Consulta Prévia ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de gás, com a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Algarve – CC- AMAL, para o Lote 1 – Gás Natural Canalizado e Lote 3 – Gás Propano a Granel – Proposta nº 313/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como acabou de referir, aquilo que está em causa não é o concurso, não é o Acordo Quadro, é apenas a Repartição de Encargos desta despesa, que tem a ver com o fornecimento de gás às piscinas, às escolas e aos polidesportivos.

Aqui, o valor que está em causa ronda quase seiscentos mil euros, teremos para 2022 sessenta e três, porque este contrato está a acabar, são salvo erro



os últimos dois meses, e depois quase meio milhão de euros, e estou a falar com IVA, para o ano 2023.

E, portanto, como nós não temos em GOP estes valores para o ano seguinte, o que se traz aqui é a aprovação desta despesa, que tem a ver com a Repartição de Encargos e com o ano 2023.

Muito obrigado.»

*Não havendo intervenções para a discussão do referido ponto, passou-se à votação.*

### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 31

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 313/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante à Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2022 e 2023 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Consulta Prévia ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de gás, com a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Algarve – CC- AMAL, para o Lote 1 – Gás Natural Canalizado e Lote 3 – Gás Propano a Granel, conforme apresentado no ofício n.º 7373, de 25/08/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 313/2022/CM.”



*Seguidamente passou-se ao:*

### **PONTO N.º 02**

#### **Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2022 (Revisão) – Proposta nº. 327/2022/CM**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como acabou de referir, é a terceira alteração modificativa ao Orçamento. A segunda foi a revisão do saldo de Gerência.

Esta revisão é feita nesta altura, tendo em conta que só tivemos Orçamento de Estado há cerca de dois meses, salvo erro, regra geral o Orçamento de Estado é aprovado por estes meses, para entrar em execução no ano seguinte. Como este ano foi um ano atípico, só agora é que tivemos e, portanto, os valores em termos da educação que vão ser transferidos para o município, que o ano passado não contemplava ainda uma série de situações, têm um acréscimo de quase um milhão de euros e temos ali um acerto de IRS com menos de setenta e um mil euros. E portanto, o que se está aqui a fazer, de alguma forma, é dotar o Orçamento de mais esta receita, que vem do Orçamento de Estado e incorporá-la para o Orçamento deste ano. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Rui Gago (PSD)** – «Exm.º. Presidente da Mesa em exercício, na sua pessoa cumprimento os seus colegas de Mesa, Exm.º Presidente da Câmara Municipal, também na sua pessoa, cumprimento todos os vereadores presentes, caros colegas deputados, boa noite, caros concidadãos farenses.

Em relação a este ponto, o Presidente da Câmara Municipal já o explicou, mas eu pedi a palavra para deixar aqui uma nota, que dentro desta questão há aqui uma outra questão escondida que julgo ser do interesse de todos abordar, que se prende com o facto de que, em consequência da subida generalizada de preços, não só na energia, mas em praticamente todos os produtos e serviços, já se falou aqui bastante de inflação, por isso podemos usar essa expressão, nós deparamo-nos com uma situação em que pós descentralização de competências e tendo em consideração os valores orçamentados no Orçamento de Estado de 2022, os mesmos não são



suficientes para cumprir as necessidades das várias atividades que foram descentralizadas para o município. Inclusivamente, ao lerem a proposta, verão que o município de Faro já utilizou perto de 1,1 milhões de euros de recursos próprios para fazer face a despesas que resultam desses aumentos generalizado dos preços.

Ou seja, de uma forma muito simples, o Governo Central delegou responsabilidades, descentralizou responsabilidades para os municípios, os preços das coisas subiram, os municípios têm que utilizar os seus próprios recursos para fazerem face a essas despesas e o Governo Central, que se vangloria, por exemplo, há quatro dias atrás na pessoa do Ministro das Finanças, Fernando Medina, de que tem um excedente orçamental de 2,3 mil milhões de euros, atrasa qualquer tipo de solução ou de financiamento extra ou de ajuste nas verbas a transferir para os municípios e assim apoiá-los nessa questão.

É óbvio que nós aqui em Faro temos sorte, porque se estamos a chegar a este inverno aqui na fábula da cigarra e da formiga, nitidamente o nosso município foi a formiga ao longo dos últimos doze anos, reequilibrando as contas e reduzindo o endividamento, isso dá-nos capacidade de poder enfrentar a subida dos custos da eletricidade, do gás e todas as outras despesas a si associadas sem ficarmos com a corda no pescoço, mas meus amigos, o inverno está aí, já foi falado também, as necessidades sociais vão crescer e tendo em conta que o Governo Central, mais uma vez, se gaba de ter um excedente orçamental de 2,3 mil milhões, acho que está na altura de nós, pelo menos, ponderarmos se faz sentido atrasar - essa retificação de verbas virá mais cedo ou mais tarde - atrasar esse apoio às entidades públicas mais locais. Basicamente é isso, tenho dito. Obrigado.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Muito boa noite. Cumprimentar o Presidente em exercício, o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereadores, caros deputados municipais, excelentíssimo público.

Este documento, quem o leu na íntegra percebe que incorpora verbas disponibilizadas pelo Governo Central para a área da educação, cinco milhões e oitocentos mil, o documento assim refere e é muito clara a



informação. Portanto, para quem não completou a leitura, será importante esta informação.

Dizer então que foi possível perceber que, ainda que esta verba tenha sido integrada no orçamento, temos dificuldades na área de atividades de enriquecimento curricular e do corpo não docente, a propósito das verbas. O que acontece aqui com as AECS? As AECS - Atividades de Enriquecimento Curricular estão a funcionar numa modalidade que implica verbas significativas por parte da Câmara. Mas nós temos uma situação que já vigora com muita serenidade, que diz respeito às Associações de Cultura Desporto e outras atividades, que já recebem algum contributo da autarquia e que têm responsabilidades de colaboração para a população farenses, nomeadamente as crianças. E porque não rentabilizar todo esse trabalho que a autarquia já faz com as associações, colocando-as a participar neste processo de formação dos nossos estudantes. Muito obrigada.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente em exercício. Nós bem avisamos bastantes vezes que aquele encontro de amigos entre António Costa e Rui Rio, que acordou com toda a ligeireza e leviandade descarregar encargos em cima das autarquias, com insuficiência de meios, sem poder de decisão, não iria dar bons resultados. Estamos a confrontar-nos com isso.

E relativamente aos cidadãos farenses e aos cidadãos de todo o nosso Portugal, a palavra de ordem vai ser, *apertem com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que ele é que é responsável*. E aqui em Faro é! O Sr. Presidente da Câmara Municipal foi a correr aceitar todas as competências, porque vinha daí o melhor dos mundos.

Não decorreu muito tempo. Eu julgo que o conjunto dos vereadores da frente-direita que governam o município, o conjunto dos principais dirigentes municipais, têm a perfeita consciência do fardo que lhes foi descarregado em cima e de como é difícil verem-se livres deles. Porque, naturalmente, os senhores do governo dizem-lhes: *meus amigos, vocês são capazes de fazer melhor com menos. Façam!*

Por isso, há pouco, quando para resolver o problema de muitas famílias, de muitos pais, de muitas pessoas encarregadas de educação, era necessário



que as escolas abrissem atempadamente, para poder acolher devidamente os alunos, a questão é que não temos recursos para o fazer. Falta pessoal, faltam os meios financeiros. E ainda agora a procissão vai no adro! Vamos ser confrontados, ao longo dos próximos anos, com uma infinidade de problemas, porque aquilo que foi feito em relação aos municípios está feito, está aceite, mas agora exige dos responsáveis municipais que se unam e exijam. Exijam mais meios, exijam poder de decisão, exijam ser capacitados para dar resposta aos problemas das populações.

Não foi só descarregar os problemas em cima dos municípios, é preciso haver capacidade nos municípios para responder devidamente aos problemas das populações. Sabendo todos nós que é muito fácil aos senhores governantes todos, é um descanso, Ministros, Secretários de Estado, Primeiros-Ministros, aquela gente toda, despachem em dois segundos, *isso é com o vosso Presidente da Câmara Municipal*. Tenho dito. Obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Mais uma vez, muito obrigada Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Efetivamente, congratulamo-nos que a Câmara faça este encaixe. A educação é um pilar da sociedade e, como tal, a verba que agora em grande parte vem para a educação, é sempre bem-vinda, não apenas aqui, mas em qualquer município.

Por outro lado, não deixamos de ver com surpresa que, este ano, o Sr. Presidente da Câmara não apoiou as famílias e os alunos desta cidade, conforme apoiou o ano passado. O ano passado, em julho, deu trinta euros em voucher para cada um dos estudantes desta cidade. E muito bem, Sr. Presidente. Contudo, não quero crer que isto tenha sido feito num ano em que, por coincidência, havia eleições. E num ano, como este que estamos agora a passar, face à crise económica que já se está a fazer sentir e que foi tão bem refletida aqui pelo nosso ilustre membro da bancada da Iniciativa Liberal, Daniel Viegas, que lê documentos, e tão bem defendida por si, também logo a seguir, demonstrando a sua preocupação pelas famílias, que para o ano terá de ser dado outro tipo de verba e outro tipo de atenção às crianças, às famílias que estarão a passar por dificuldades. Mas este ano



não estão, contudo, o ano passado estavam. Este ano não estão, este ano não estão porque não há motivos para isso...

Sr. Presidente, o que muito me surpreende é que o Sr. Presidente, à segunda-feira, seja de direita, mas à sexta-feira, quando o público está aqui, pisca o olho um bocadinho mais à esquerda e aos valores sociais. Não deixa de ser curioso!

Evidentemente que com este meu discurso não posso deixar de notar esta sua enorme incongruência política, mas sempre se dirá que a bancada do Partido Socialista votará a favor, aprovará a terceira alteração orçamental. Muito obrigada, Sr. Presidente.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Eu ia começar pelo membro António Mendonça. É verdade que avisou toda a gente. Aliás, a CDU, de todos nós, no qual eu me incluo, é a força mais coerente que aqui está. E o Presidente da Câmara é o responsável porque a lei diz que nós aceitamos as transferências de competências muito antes de elas serem obrigatórias, que eram a partir de um de abril deste ano e nós aceitamos logo em 2020 e já tínhamos umas antes. E, portanto, o Presidente da Câmara, como não trouxe aqui a proposta para não aderir, aderiu automaticamente, é o responsável. É verdade. Não é verdade que tenha sido a tudo. Falta a saúde e a ação social. Todas as outras, é verdade.

O que está aqui é aquilo que já estava no orçamento o ano passado, mas que não tinha sido aprovado e portanto estamos a fazer isso. Mas falta muito dinheiro, é verdade, o membro António Mendonça tem razão.

Olhe, nas AEC's, todos os anos o município tem posto lá dinheiro. Nos transportes escolares para os alunos com necessidades, nós recebemos cento e cinquenta e cinco, gastamos este ano duzentos e oitenta. O ano passado duzentos e cinquenta e no outro ano duzentos e trinta. Temos investido, é verdade! Mas eu estou convencido que vamos receber esse dinheiro. É promessa do Primeiro-Ministro, António Costa, a seu tempo. Mas também digo que há dinheiro que eu não vou pedir ao Governo, porque foi uma opção minha, porque eu, por exemplo, em relação aos recursos humanos, tenho um rácio e é isso que eu sou obrigado a cumprir e é isso que o Governo é obrigado a transferir uma verba e tem-no feito.



Mas eu já tomei aqui decisões de dizer: *não, para esta escola vou lá por mais um*, é o município que tem que pagar isso. Eu não posso fazer isso e depois ir pedir dinheiro a alguém. E portanto, há aqui alguma verba que é nossa, decisão do executivo, e há uma verba que falta pagar pelo Governo.

Aliás, aquele acordo que foi assinado entre a Associação de Municípios e o Governo espelha bem isso, dinheiro que faltava e que neste ,em algumas áreas, essa questão está resolvida.

Sobre o que a membro Tatiana referiu, o ano passado dei, é verdade. Já agora vou repetir aqui uma coisa que já repeti ao longo dos últimos oito anos e que sempre disse e vou continuar a fazer, estou sempre em campanha eleitoral. E embora não me possa candidatar daqui a três anos, mas estarei em campanha eleitoral. A prova disso é que nesta proposta está ali dinheiro para apoiarmos os alunos de famílias carenciadas, agora no Natal. Não fizemos no verão! O ano passado o contexto era o outro. Se quiser ler eleições, leia. Mas a crise que nós tínhamos ainda o ano passado, fruto da pandemia, este ano não é a mesma coisa. Será a mesma coisa provavelmente nos próximos meses. Provavelmente em janeiro, vamos ter já grandes problemas e por-aí-fora. Cada um faz a sua leitura. Eu estou sempre em campanha eleitoral, mas também lhe digo que se acha que isso fez com que eu tivesse a vitória que tive, então é porque lê muito mal e tem uma má perceção, para não dizer outra coisa, dos farenses. Se eu ganhei isso por causa disso, então acho que tem uma interpretação dos farenses muito abaixo daquilo que ela é. Muito obrigado.»

*Reassumiu as suas funções o presidente da Mesa.*

*Não havendo mais intervenções passou-se à votação do referido ponto.*

#### VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 04 (03CDU;01BE)

Votos a favor – 27 (10PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN)

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do



Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 327/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante à 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento (Revisão) de 2022, por aumento da dotação do orçamento municipal em 1.366.106€, de acordo com os mapas anexos à referida proposta, e conforme apresentado no ofício n.º 7996, de 15/09/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10			01	27
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>								03	01		04

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 327/2022/CM.”

*Passou-se então ao:*

### **PONTO N.º 03**

#### **Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Regulamento Interno da Companhia de Sapadores Bombeiros de Faro – Proposta n.º 329/2022/CM**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu pedia que se fizesse uma correção no Regulamento, no artigo 67º, ponto 1, diz: “As Normas Internas (NI) são documentos...”, e depois diz “... do Corpo de Bombeiros Profissionais de Faro”; eu pedia que se riscasse isto e escrevesse “Companhia de Sapadores Bombeiros de Faro”. No resto do documento está “Companhia de Sapadores Bombeiros de Faro”, aqui houve um lapso e continua a estar Corpo de Bombeiros Profissionais. Então eu pedia, e penso que é aceitável essa correção, porque é apenas uma correção, não põe em causa nada.

Este Regulamento esteve em apreciação pública, houve algumas contribuições que foram aqui vertidas. Na prática, para além de adequar à nova legislação, transforma este Corpo de Bombeiros, que era um Corpo de Bombeiros de nível 2, passa para o nível 4, tendo em conta até o número de



efetivos que nós hoje temos, e outras condições. Na prática é isso. Muito obrigado.»

*Não havendo intervenções para a discussão do ponto, passou-se à votação do mesmo.*

### VOTAÇÃO

Votos a favor – 28 (10PSD;10PS;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;01PAN;01BE)

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 329/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao Regulamento Interno da Companhia de Sapadores Bombeiros de Faro, conforme apresentado no ofício n.º 8397, de 27/09/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Favor	10	02	01	01	01	01	10		01	01	28
Contra											00
Abstenções								03			03

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar o solicitado na Proposta n.º 329/2022/CM.”

*Seguidamente passou-se ao:*

### PONTO N.º04

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante ao Regulamento Municipal para Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados; – Proposta n.º 341/2022/CM**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Obrigado, Sr. Presidente.



Como referiu, este é o Regulamento Municipal para Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados. Aparece na sequência da venda que fizemos de dois lotes na Senhora da Saúde e que tinham como objetivo o promotor que adquiriu esses lotes ter que construí-los no regime de custos controlados. Isso está a acontecer, na proposta até que foi aprovada aqui dizia que nós iríamos indicar quem seriam as pessoas escolhidas – esta palavra escolhidas não tem este sentido, em termos literários, mas eu já explico – para ficarem com cada um daqueles noventa fogos que estão neste momento a ser construídos.

E, portanto, este Regulamento foi destinado e depois adequado ao Regulamento que existiu em 2009. Na prática, o que se faz é definir um conjunto de condições para que as pessoas se possam candidatar. E, depois, quando eu dizia há pouco “escolher”, é: as pessoas que tiverem condições e que entrarem no concurso, a atribuição de cada um daqueles fogos será feito por sorteio. Portanto, não é uma escolha, é um sorteio, aqui não há um critério, há apenas um conjunto de pressupostos para que as pessoas possam candidatar-se.

O que nós estamos a pensar, se o Regulamento hoje for aprovado, é publicá-lo durante o mês de outubro e, depois, abrir concurso durante o mês de novembro e dezembro, são os *timings* que estamos a pensar, para que as pessoas se possam candidatar.

Em janeiro e fevereiro faremos a análise das candidaturas, se as pessoas têm ou não condições para integrar o concurso, e, a seguir, convidaremos as pessoas para num ato público fazer o sorteio e ver a quem é que devem ser atribuídos aqueles noventa fogos. As coisas estão a correr bem em termos da construção, o prazo eram quinhentos e quarenta dias para a construção e, portanto, isto dará até final do próximo ano.

No entanto, há depois aqui um conjunto de procedimentos a fazer, depois de atribuímos a cada fogo o seu alegado proprietário, as pessoas têm que ir à banca e têm que fazer contratos de promessa de compra e venda, e portanto, temos aqui ainda seis a oito meses para que as pessoas possam tratar da parte procedimental para virem a adquirir essas mesmas habitações. Muito obrigado.»



*Não havendo intervenções para a discussão do ponto, passou-se à votação do mesmo.*

### VOTAÇÃO

Votos a favor – 31

Votos contra – 00

Abstenções – 00

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por unanimidade, com a seguinte **deliberação**:*

“Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 341/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante ao Regulamento Municipal para Atribuição de Habitações em Regime de Venda a Custos Controlados, conforme apresentado no ofício n.º 8398, de 27/09/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01	10	03	01	01	31
<b>Contra</b>											00
<b>Abstenções</b>											00

A Assembleia Municipal deliberou por UNANIMIDADE, aprovar o solicitado na Proposta n.º 341/2022/CM.”

*Seguidamente passou-se ao:*

### PONTO N.º 05

**Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Alienação em hasta pública de um lote de terreno com área de 4.008m<sup>2</sup> (Lote 3) destinado a edificação de equipamento hoteleiro sito no Complexo Desportivo – Av. Cidade Hayward – Proposta n.º 342/2022/CM.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado.

Este é um lote que, pelo menos que eu saiba, desde que o Complexo Desportivo, o loteamento, foi construído tinha um lote destinado a uma



Unidade Hoteleira, de apoio ao fim ao cabo àquele Complexo de Desportivo. Essa Unidade Hoteleira, logo no loteamento, quando ele foi concebido, estava pré-definida, ou seja, tinha um conjunto de condições para essa mesma Unidade Hoteleira, o número de quartos, estava tudo definido. Aliás, nós salvo erro no mandato de 2009/13, fruto até do Plano de Reequilíbrio, éramos obrigados a alienar terreno, ainda fizemos, salvo erro, duas hastas sobre este lote no Complexo de Desportivo para uma Unidade Hoteleira, ficaram desertas e o que me diziam é que a tipologia não era a adequada.

O que nós fizemos agora foi alterar o loteamento do Complexo Desportivo, onde redefinimos este lote para a Unidade Hoteleira, mas retirámos um conjunto de condições. A volumetria tem as condições, mas não tem que ter os cento e sessenta e tal quartos, este será o limite máximo. E portanto, quem ficar com ele pode ter ali alguma maleabilidade na conceção desta Unidade Hoteleira.

Também, já agora, dar esta informação. Quando fizemos a alteração do loteamento, temos ao lado um outro lote (este salvo erro é o lote 3, o outro é o lote 4), onde está previsto fazer uma edificação para alojar empresas ligadas a novas tecnologias. Na prática é continuar com o projeto de Tech Hub que a Universidade fez na Penha, onde tem lá quatro mil metros quadrados de *open space* e um conjunto, salvo erro, de cerca de vinte, não tenho presente, mas acho que devem rondar isso, de empresas de novas tecnologias que lá estão, e que querem crescer e pretende mais. E portanto, nós temos esse lote, são doze mil metros quadrados que podem ser construídos para esse fim.

Neste campo, dar aqui algumas notas sobre isso, que estão na proposta. O lote tem quatro mil metros quadrados, pode ser feito o máximo de cinco pisos acima do solo. Também acima do solo, cerca de doze mil metros quadrados, abaixo dois mil, tem um valor base de licitação que resulta de uma avaliação que têm na proposta, feita por um perito avalizado para isso, e pusemos aqui uma coisa que é nova, no sentido em que nunca fizemos uma hasta pública com esta condicionante, que é estabelecer o prazo de cinco anos para a conclusão deste equipamento. E, portanto, quem adquirir este lote tem a obrigação de, no prazo de cinco anos, ter a conclusão do equipamento hoteleiro.



Nós vendemos o Magistério em 2015, o objetivo era que o Magistério criasse economia, e o que é certo é que ainda ali está. Se tivéssemos posto esta condição na hasta onde o Magistério foi vendido, das duas uma, ou ele hoje era nosso, ou já tinha ali uma unidade a criar economia, a criar postos de trabalho e por-aí-fora. E portanto acrescentamos esta condição que quem comprar o lote sabe que, ao fim de cinco anos, tem que ter o equipamento concluído.

Tendo em conta que a autorização de alienação é competência da Assembleia Municipal por isso é que aqui vem. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, muito obrigada.

A primeira questão que aqui se coloca é: este negócio interessa a quem? Esta é a primeira questão que o Partido Socialista coloca, porque entendemos que já deve haver alguém interessado nisto. Entendemos que a forma como a Câmara Municipal opta por restringir claramente uma edificação que neste momento a Câmara quer pôr para equipamento hoteleiro, mas que no entanto tem um uso de equipamento complementar ou equipamento turístico, tem que interessar a alguém! E portanto, neste sentido, importava esclarecer a quem?

Não pretendo, evidentemente, que o Sr. Presidente me dê resposta, porque sei que não vai dar, é retórico. É uma das questões retóricas que nós temos sobre esta matéria, porque sabemos que não vai ser respondido. De todo modo, antecipando aquilo que vai ser o nosso sentido de voto, a bancada do Partido Socialista vai, acompanhando aliás o sentido de voto dos vereadores do Partido Socialista, votar contra. E vamos votar contra porque também nós entendemos que este lote que aqui está é, quiçá, dos poucos lotes em que a Câmara tem a oportunidade de desenvolver um equipamento de utilização pública que sirva – e aqui está a chave – interesse comum dos farenses. Esta é a chave!

Ainda que possa, evidentemente, face à primeira pergunta (que é: isto interessa a quem?) ter algum relevo económico, que admitimos evidentemente, mas que quando colocados na balança entre a fruição daquele espaço pelos farenses, de alguma forma, consideramos que este deve ser o ponto fundamental e não o interesse económico que possa ali



estar associado. E, mais a mais, quando olhamos para uma cidade que tem um sério problema de transportes, que tem um sério problema no que concerne a estacionamento. E porque estamos no início de outubro e aproxima-se a feira de Santa Iria, que é, aliás, um momento em que a cidade de Faro perde centenas de lugares, que já são de si escassos, mais a mais lugares gratuitos, que não são taxados pelo município, em que era possível, quiçá, olhar para este edifício para fazer um silo de estacionamento, uma bolsa de estacionamento, quiçá, por exemplo, para poder dar resposta à enorme falha que a cidade de Faro tem e que é um problema.

E hoje em dia, como bem sabemos e tive a oportunidade aliás de falar com os vereadores do Partido Socialista sobre esta matéria, é muito importante estas áreas ligadas ao meio ambiente, ao incentivar as pessoas a deixarem o seu carro em casa, ou as que entram na Cidade de Faro, e note-se que estamos a falar de uma zona que é fundamental, porque é uma zona de entrada na cidade, é uma zona em que quem vem de Olhão, aliás quem apanha a variante de “n” sítios espalhados pelos nossos concelhos limítrofes, tem sempre a possibilidade de ali chegar. Pelo que mantemos que esta, na nossa opinião, não é de todo a melhor opção para aquele lote, e como tal, a bancada do Partido Socialista, reitero votará contra. Muito obrigada.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Sr. Presidente, nós vamos abster. Mas pessoalmente, pela idade que tenho e pela influência que o membro do PPM tem tido, porque é um elemento desta Assembleia Municipal que gosta do enquadramento histórico das coisas e que eu aprecio muito. Às vezes as coisas têm história, e vale a pena a gente pensar um bocadinho nessa história e no seu significado.

Eu, velhote como já sou, tenho já décadas de utilização do Complexo Desportivo Municipal e já acumulo várias perplexidades.

Foi feito um campo de futebol que nos surpreendeu a todos, porque a sua orientação que nós esperávamos que fosse uma orientação norte-sul, foi uma orientação nascente-poente.

Depois foi feita uma piscina, que deveria ter sido uma piscina coberta, porque a descoberta que apetece à esmagadora maioria dos farenses fica ali



na Praia de Faro, saiu uma piscina descoberta. Eu fui dos primeiros utilizadores da piscina descoberta.

Quem é que utilizava a piscina descoberta? De inverno ninguém, no verão alguns rapazes, poucas raparigas, das famílias mais carenciadas aqui da cidade de Faro, que não tinham por hábito ir à praia e começaram a ter por hábito ir à piscina, alguns deles de etnia cigana, e mais meia dúzia de carolas como eu.

A seguir, avançou-se para o Pavilhão. Já ninguém se recorda porque isto de ter memória das coisas cansa. O Pavilhão foi construído sobre aterro mal consolidado. Foi um problema conseguir levar aquilo até o fim. Ele lá está, mas ele não podia deixar de fazer parte daquele conjunto de obras avulso, quase todas elas mais mal conseguidas do que bem conseguidas.

Finalmente vem a Pista de Atletismo. Eu não sei se as pessoas sabem como é que nós, por exemplo, da piscina vamos até à Pista de Atletismo ou da Pista de Atletismo, vamos até a piscina. O que é que eu quero dizer com isto tudo?

Jugo eu que nunca houve qualquer bocadinho, pequeno que fosse, de planeamento urbanístico do que é que se poderia ou deveria fazer ali. Agarrou-se na Associação de Futebol do Algarve, despejou-se lá a Associação de Futebol do Algarve. Agarrou-se no infantário, integrado no espaço da Universidade, mas com acesso para aquele território e chegamos ao ponto de, anos a fio, aquilo ser um terreiro, com pó abundante no verão e lama e chuva quando chovia. Para se colocar ali um bocadinho de alcatrão, quase que foi preciso ir a pé a Fátima. É uma coisa impressionante!

Eu como fareense (há mais de 40 anos que sou fareense), eu se gosto de Faro, não gosto daquilo. É impossível. Quem gosta de Faro, cuida de Faro! O Sr. Presidente da Câmara Municipal está cansado de me ouvir dizer isto. Quem gosta de Faro, cuida de Faro. Aquilo é uma das coisas, infelizmente, das muitas coisas, completamente descuidada que existe em Faro.

Bom, agora há uma possibilidade, nos tempos que correm, que pode porventura poder concretizar-se, com quatro milhões ou cinco milhões, ou qualquer coisa do género, para o município de Faro e com a possibilidade de aparecer ali uma Unidade Hoteleira.



Eu já cheguei a um ponto que começo a criar a expectativa que se o investidor que vai ali fazer uma Unidade Hoteleira for um investidor a sério, minimamente a sério, em 3, 4, 5 anos ele vai cuidar daquela zona toda. Porque não há ninguém da hotelaria, que trabalhe a sério na hotelaria, que va investir ali num hotel e que não procure pressionar todos os meses, todas as semanas o município de Faro para fazer ali o que deve ser feito. Foi o ponto a que nós chegamos. Vamos lá ver se quem vai ali fazer uma Unidade Hoteleira é capaz de dar um jeitinho naquela trapalhada toda que existe ali., Inclusivamente, foi uma coisa que a mim nunca me entrou na cabeça, como é que é possível nós termos ali ensino superior no Politécnico e do Politécnico para o Complexo Desportivo Municipal não haver passagem? Se aquilo que nós deveríamos colocar ao lado de um estudante era a possibilidade da prática desportiva, como é que nós tivemos a coragem de nunca associar as possibilidades de prática desportiva a ser estudante do Politécnico? Isto anda é tudo é a dormir, está-se tudo marimbando, viva a noite farenses, que é com a alcoolização dos jovens que nós vamos construir o futuro de Portugal. Lá mais para diante haveremos de falar nisso.

De modo que espero não os ter cansado muito. Mas nós, farenses, tínhamos de ser outra coisa, tínhamos de ter outra ambição, não tínhamos de estar à espera, não tínhamos de criar a expectativa, de vir alguém de fora dizer à gente o que é que devia ser feito e fazer. Mas se tem de ser assim, ao menos que venha alguém de fora e que faça isso. Obrigado.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** – «Boa noite, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas deputados e caro público.

Eu gostava de fazer aqui algumas considerações. Em primeiro lugar, há aqui uma questão que é a seguinte: independentemente de se gostar ou não se gostar do planeamento, o planeamento pode ser sempre discutido, mas ele já está em vigor e inclusive foi sujeito a uma alteração relativamente recente. Portanto, existiu naquela zona o Plano de Urbanização da Penha, que na altura ainda estava eu como vereadora do urbanismo, e depois foi feita entretanto uma alteração. Essa alteração foi sujeita a discussão pública, entrou em vigor e ninguém discutiu efetivamente a sério o que é que estava no plano.



A verdade é que o plano contempla de forma muito taxativa, no ponto 3 do OPG 3, portanto isto insere-se no OPG 3, e vou ler: *“identificar e realçar as principais potencialidades desta área, designadamente, quanto à previsão de instalação de uma Unidade Hoteleira, reavaliando os usos predominantes previstos no PDM de Faro, para a área de intervenção desta OPG.”* Portanto, quer se queira ou quer não, ela existe no planeamento. De facto pode-se não querer aquele plano, aquele plano pode ser discutido, pode-se dizer que não está correto agora. Mas a verdade é que o plano está em vigor, e o que a Câmara está a fazer é executar o plano. No fundo, é dar sequência a uma coisa que está aqui, claramente, taxativamente.

Aliás, digamos que a intenção do estabelecimento hoteleiro já vem muito de trás. Na altura, enfim, em 2009, já havia um estudo para a zona, que contemplava um estabelecimento hoteleiro. De facto, falando em história, em 2009 já tínhamos um estabelecimento hoteleiro previsto. Foi feita uma tentativa de venda em hasta pública, que depois ficou deserta. E efetivamente, ela já estava prevista, constituía um lote nessa altura e o que é certo é que se podia ter posto isso em causa no momento próprio. Agora, parece-me que, enfim, não há assim uma razão válida para dizer que não se faz um estabelecimento hoteleiro, porque efetivamente ele estava lá contemplado desde o seu início.

O que se pode neste caso questionar, que eu acho que era importante, é que ficasse claro que é estabelecimento hoteleiro, dentro das suas várias modalidades e não propriamente equipamento. Agora, sendo um pouco mais rigorosa na terminologia, os equipamentos são equipamentos de natureza coletiva, tem um caráter diferente de estabelecimento hoteleiro, o estabelecimento hoteleiro é outro uso, mas isto são pormenores técnicos. Na verdade, devia-se ter colocado na hasta pública, na minha opinião, uma clareza que aquilo que está a vender é uma Unidade Hoteleira ou um estabelecimento hoteleiro.

Depois, há outra questão, que é a questão da mobilidade, que de facto e dou razão em certo sentido, devia haver mais infraestruturas de apoio, mas coordenadas. O grande problema é que foi feito um Plano de Mobilidade e Transportes, que por acaso previa parques dissuasores e meios de carreiras de transporte coletivo que fizessem essas ligações isso estava previsto e está



nos documentos, mas não pode ser um parque sozinho, sem as carreiras e sem os meios. Portanto, nada disso pode funcionar de uma forma isolada. Não se pode impedir a execução de um lote que até está previsto no Planeamento, por algo que, na verdade, não é vinculativo. Porque o Plano de Mobilidade e Transportes não vincula a propriedade. Quem é de direito sabe que os PMTs, Planos Municipais de Território vinculam as decisões dos executivos. Os Planos de Mobilidade e Transporte, apesar de serem muito interessantes e importantes, na verdade não são vinculativos. Portanto, há aqui um problema de falta de momento próprio. Ou seja, eu até acho bastante importante que se discuta o planeamento, cada vez mais é importante se devia discutir isso, mas o momento próprio da discussão tem que ser acautelado. Portanto, acho que aqui, neste caso, não há outra forma que não seja avançar o processo que está com ele.

Em relação à urbanização da zona, que foi uma situação apontada aqui pelo deputado da CDU, e por acaso também concordo que a zona merecia uma urbanização mais adequada. Essa urbanização, eu por acaso já tive oportunidade de dizer isso ao Sr. Presidente pessoalmente, portanto, é importante que se acautele uma urbanização adequada de toda aquela zona que não tem urbanização. Na verdade, vende-se os lotes, mas falta a urbanização, que no fundo é arranjos exteriores, estradas, vias, infraestruturização, percursos pedonais e toda essa situação tem que ser acautelada. Tenho dito. Obrigado.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

A minha intervenção prende-se mais com o facto de eu achar estranho a bancada do PS considerar a ideia do silo de estacionamento, quando atualmente já se encontra lá um estacionamento improvisado que não é utilizado por absolutamente ninguém. É utilizado agora pelos camiões da feira, ocasionalmente por outros camiões, porque está lá um estacionamento TIR e outro, neste caso de ligeiros, logo ao lado. Eu penso que estou certo, estamos a falar do mesmo terreno que não está a ser utilizado, e por isso acho um bocadinho estranho, enfim...



Por outro lado, segundo sei, a ideia do hotel até vem da época do PS, em que o PS estava no comando da autarquia e por isso estranho porque é que em tempos serviu e hoje já não serve a ideia.

Por outro lado, a alinação parece-me ocorrer por um valor justo e aproveita claramente o momento do mercado.

A Câmara decidiu fazer esta alinação, estabelecendo até um limite temporal para a execução da obra, ou seja, nem sequer podemos falar que haja aqui uma forma de especulação imobiliária ou um elefante branco em termos de terreno na zona.

Por outro lado, é uma zona que dificilmente será dinamizada de outra forma, na minha opinião.

Fico contente, de facto, se for um hotel, se não for, enfim, cabe depois encontrar outras formas de valorização. No entanto, valorizar aquelas infraestruturas adjacentes, realmente o hotel pode ser uma boa forma, como foi referido pela CDU, de dar vida a todo o complexo desportivo é essencial.

A alinação também permite que a Câmara avance para outro tipo de investimentos, como foi referido na apresentação, sem recorrer aos impostos dos farenses e fazendo uso, neste caso, dos bens de que ainda dispõe. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Rui Gago (PSD)** – «O meu colega Daniel, da Iniciativa Liberal, acabou por dizer boa parte do que tinha para partilhar convosco.

De qualquer das formas, vou aqui pegar num dos pontos levantados por ele para ainda dar um toque extra. É que, realmente, se hoje em dia já é difícil preencher aquele estacionamento desorganizado na zona a que nos referimos, naquela zona das bombas do Jumbo, do Centro Desportivo, então haveria de ser uma coisa linda um silo em altura, automóvel, vazio à entrada da cidade. Isso é que era uma coisa linda de ver!

Ou seja, naquilo que é a argumentação dos nossos colegas do Partido Socialista, vota-se contra a venda deste lote para uma Unidade Hoteleira, porque ou preferem um silo em altura automóvel ali, e não teço mais comentários nesse ponto, ou então porque Unidade Hoteleira é muito restritiva, precisamos de uma coisa assim um bocadinho mais ampla.



Ó meus amigos, eu tenho aqui no telemóvel o mapa do Booking, para partilhar convosco o seguinte: os hotéis mais próximos daquele ponto específico geográfico, para cada uma das coordenadas. Para sul temos os hotéis aqui da baixa, para oeste temos o Ibis literalmente no Montenegro, para Este temos o Ria Parque de Olhão e para Norte temos a Pousada de Estoi. Nós estamos a falar de uma entrada principal da cidade, servida pelos principais eixos de comunicação, que está englobada num Centro Desportivo, que fica próximo da Universidade da Penha, que fica próximo do UP Tecnológico, do Algarve TeckUp, que tanto nos inspira e onde estamos a dar os primeiros passos. E se nós queremos ser uma cidade virada para o futuro, uma cidade virada para um emprego de qualidade, para um emprego com remunerações mais altas, virado para as tecnologias, para a inovação e para tudo isso, nós temos que dar condições a que esses setores se desenvolvam. E uma das condições fundamentais é a capacidade de alojar quem cá vem visitar esses centros, quem cá vem fazer negócio, quem cá vem ajudar a crescer a economia do Algarve. E hoje em dia a realidade dos factos, como nos mostra o Booking, é que nós não temos oferta para essa gente, não temos oferta absolutamente nenhuma.

É claro que, e eu acredito que é praticamente unânime, todos nós sonharíamos com uma cidade com menos carros, todos nós sonharíamos com uma cidade melhor servida em termos de transportes públicos e onde as pessoas pudessem deixar o carro fora da cidade para vir trabalhar. Mas a realidade dos factos é que, primeiro, vamos ter que treinar a nossa população a fazer isso; segundo, hoje em dia temos algumas soluções, embora não sejam ideais, que não são utilizadas; terceiro, como já falamos, a nossa rede de transportes públicos está muito longe de ser perfeita, e quarto, temos aqui ao nosso lado um parque de estacionamento de grandes dimensões que, infelizmente, em boa parte das alturas do ano, como por exemplo agora, nas próximas semanas, vai estar fechado para realizar eventos.

Ou seja, meus colegas, deputados do PS, ao invés de reprovarem, de forma tão veemente, esta venda deste lote para a construção de uma Unidade Hoteleira, que eu acredito que nos será benéfica para o futuro da economia da cidade, e em consequência disso proporem a construção de um silo que



duvido que venha a ter efeito, porque não apoiarem-nos nisto, vamos vender esse lote e, numa perspetiva de curto para médio prazo, talvez o futuro da mobilidade da cidade passe antes de construir silos automóveis nas suas fronteiras, por encontrar uma solução alternativa ao Largo que São Franciscos para a realização de eventos e assim libertar o nosso parque para o estacionamento automóvel. Tenho dito.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos lá ver se a gente se entende em relação a esta matéria.

É verdade que o Partido Socialista no projeto no passado tinha apontado, quando foi feito o plano para aquela área, que tinha a instalação de um hotel, é verdade! Só que a situação mudou muito nos últimos vinte anos.

Há uma coisa que ninguém pode esconder, é que Faro necessita de ter estacionamento a Sul e a Norte para aliviar a carga de automóveis que tem neste momento do centro da cidade. Esta é que é a realidade, é um facto.

Todos gostam de falar na mobilidade, do ambiente, é verdade! Mas este é um caminho para arranjar bolsas de estacionamento, nas zonas de entrada de Faro. E depois, a seguir, arranjar os *transfers* para o centro da cidade.

Com este andar e com esta velocidade, qualquer dia não temos lugar no centro da cidade para estacionar os carros.

Até já se fala no parqueamento do Largo de São Francisco. E eu deixava aqui ao Sr. Presidente que o Largo de São Francisco precisa urgentemente de ser todo requalificado.

É importante nós discutirmos aqui hoje, ou no futuro, um espaço para feiras e exposições. Isto é daquelas urgências que Faro necessita, um Parque de Feiras e Exposições. Em segundo lugar, um Parque Industrial. Aí sim, temos de discutir e ajudar a Câmara a resolver estas duas soluções.

Em relação à questão do hotel, eu trabalhei quarenta anos na hotelaria e sei que há sempre investidores que querem – haja oportunidades. O terreno, se é ideal ali, não é, não vou discutir. Isto tem umas questões técnicas que qualquer investidor vai fazer as suas análises, vai ver o movimento, se aquilo tem condições.



A nossa posição é marcar uma posição que Faro necessita urgentemente de arranjar, nas entradas da cidade, bolsas de estacionamento e necessita urgentemente de arranjar condições para as pessoas se deslocarem ao centro da cidade. Basta ver, entre as 8 e as 9 horas, a fila de carros à entrada de Faro, pela Estrada de Olhão; basta ver a entrada pela Estrada de São Brás a fila de carros. E basta ver, aqui pela zona norte, pela 125, para a entrada do Fórum. Vão lá às horas de ponta, é tudo a entrar no centro da cidade. Temos de parar para pensar. Tenho dito.

Muito obrigado.»

**O membro da AM, Célia Gonçalves (BE)** – «Muito boa noite, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Presidente da Câmara, Vereadores, os meus colegas e o público aqui presente.

Eu não podia deixar de intervir, e o Bloco vai votar contra, uma vez que percebemos que haja planos, esses planos podem ter anos, mas nós achamos que têm de ser dinâmicos e adaptados à realidade da cidade. E a verdade é que, neste momento, nós não sabemos se realmente mais um hotel faz falta.

Nós defendemos é que o que Faro tem falta neste momento é ilhas verdes, jardins. E, tirando o Jardim da Alameda, não temos mais nada.

Se estamos a falar de descentralizar os hotéis da baixa, eu digo que temos de descentralizar o jardim. E as pessoas que vivem na Penha, têm direito ao Jardim da Alameda, como eu tenho, que vivo aqui a cinco minutos e consigo chegar lá com a minha filha. Quem vive na Penha tem que utilizar o carro com o filho para poder chegar ao Jardim da Alameda.

Ou seja, o encaixe de quatro milhões para a Câmara, percebemos que realmente pode ser importante, mas achamos que há outros valores acima disso. Obrigada.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostava de ler só aqui o texto da proposta: *“Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal, autorização para alienar com recurso a hasta pública, nos termos e condições especiais a definir nas peças de procedimento, o lote de terreno designado por “Lote 3”,*



com 4.008 m<sup>2</sup>, destinado à edificação de um equipamento hoteleiro.” Está aqui, quem comprar só pode fazer isto!

Depois, eu pedia – não é costume este tipo de conversa na Tatiana, noutras pessoas sim – que não fizesse retórica. Porque é assim: “este negócio interessa a quem??” Não interessa certamente à minha mulher. Nem a nenhum dos meus filhos! O meu pai tem 83 anos, a minha mãe está num lar. Portanto, é só para lhe responder, aliás, eu sei perfeitamente, mas não precisava de dizer isto. É hasta pública, que se algum dos senhores que aqui está estiver interessado e tiver quatro milhões de euros, pode lá ir, sem problema nenhum, e todas as outras pessoas que tiverem acesso à informação e que estejam interessadas. Só para responder.

Depois, a cidade tem muitos problemas de transporte. Vamos supor que eu trazia aqui autorização para fazer um silo de estacionamento. Podemos fazer de duas maneiras. Ou faz a Câmara, ou concessionária. Bom, se fizer a Câmara, podemos ter gratuito. Se concessionária, ou há o dinheiro para fazer, ou tem que ser pago. Se for a Câmara a fazer e gratuito, digam-me, os senhores membros da Assembleia estão dispostos a gastar doze milhões de euros? Esta conta é só mil euros por metro quadrado. São doze mil, mais dois abaixo, vamos supor. Estão dispostos a gastar doze milhões de euros, com fundos dos municipais, para fazer um silo ali? Temos que pensar nisto.

Podemos também alienar e dar concessão ou vender. Podemos vendê-lo e em vez de pôr aqui unidade hoteleira, é um silo. Tem que ser pago! Mas eu tenho na Pontinha três andares subterrâneos, pagos, e só o primeiro é utilizado. Tem lá dois andares – olhe, eu nunca lá fui. É utilizado o menos dois e alguma parte do menos três, na feira, porque nós pagamos e, como não há lugar, vão lá. É preciso pensar nisto!

Depois já agora, referindo aquilo que disse o membro António Mendonça, é verdade que nunca ninguém olhou muito para aquilo. Quando nós chegámos, tivemos ali uma dor de cabeça para acabar o Pavilhão. Fizemos há dois anos lançamento para naquela parte que está lá em baixo, ao lado do campo de futebol, fazermos nós um campo de futebol, lançamos quatrocentos e tal mil euros, ficou deserto, lançamos por setecentos e cinquenta, ficou deserto e abandonei a ideia. Vamos fazê-lo, estamos a fazer o projeto de requalificação da Neves Júnior e vamos fazer esse campo na



Neves Júnior e temos outras ideias para aí que espero ainda poder concretizar.

Mas já agora dizer que, neste momento, o hotel pode ser feito, tem lá as infraestruturas, mas há muita coisa que falta fazer. Temos neste momento um gabinete contratado a fazer o projeto de obras de urbanização que queremos acabar aquilo e arranjar o resto que lá está. Portanto, é apenas esta informação.

Depois, qualquer dia, não temos lugar na baixa! Nós já não temos! Mas também dizer ao membro Célia Gonçalves, eu morei na Penha, fui criado na Penha, naquela ruazinha em frente à Escola Vale Carneiros e eu vinha a pé com a minha mãe, de mãozinha dada, trazer o almoço ao meu pai à PSP, ele fazia turnos de 24 horas e eu vinha ao sábado com ela, de mãozinha dada, vinha ao almoço e depois voltava a pé para a Penha e ao jantar fazia a mesma coisa. Nós é que não estamos habituados a isso.

Então eu vou ao ginásio, faço cinquenta minutos de passadeira, três ou quatro quilómetros e não posso vir da minha casa aqui a pé? Não! Estou a falar de mim, não estou a falar de nenhum dos senhores.

Portanto, o problema disto é que nós ainda temos na baixa lugar para estacionar, Temos ali mil lugares. Agora as pessoas que vivem na cidade, incluindo a Penha e se trabalham na cidade, eu digo isto em qualquer lado, não tenho vergonha de dizer isto, não precisam de carro para viver na cidade. Quem está nos Gorjões, Santa Bárbara, no Patacão, no Montenegro, na Conceição, em Estoi precisa. Agora, quem vive na cidade? Aí casas que têm quatro pessoas, casal e dois filhos com quatro carros, assim a gente não aguenta nada disso. Muito obrigado.»

*Não havendo mais intervenções para a discussão do referido ponto, passou-se à votação.*

#### VOTAÇÃO

Votos contra – 10 (09PS; 01BE)

Abstenções – 05 (01PS; 03CDU; 01PAN)

Votos a favor – 16 (10PSD; 02CDS; 01CH; 01IL; 01PPM)

*Face ao resultado obtido na votação, este ponto foi aprovado por maioria, com a seguinte **deliberação**:*



“Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 342/2022/CM** e respetiva documentação de suporte, respeitante à autorização para alienação em hasta pública de um lote de terreno com área de 4.008 m<sup>2</sup> (Lote 3), destinado a edificação de equipamento hoteleiro, sito no complexo desportivo – Av<sup>a</sup> Cidade Hayward, conforme apresentado no ofício n.º 8401, de 27/09/2022, da Câmara Municipal de Faro.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
<b>Favor</b>	10	02	01	01	01	01					16
<b>Contra</b>							09		01		10
<b>Abstencões</b>							01	03		01	05

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o solicitado na Proposta n.º 342/2022/CM.”

O grupo municipal do PS apresentou **declaração de voto**:

“Proposta n.º 342/2022/CM

“Alienação em hasta pública de um lote de terreno com área de 4.008 m<sup>2</sup> (Lote 3) destinado a edificação de equipamento hoteleiro sito no Complexo Desportivo – Av. Cidade Hayward”

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, votaram contra a proposta supramencionada porquanto:

O Lote 3, propriedade do Município, representa uma das últimas oportunidades para, no tecido urbano da cidade, desenvolver equipamentos de utilização pública, que sirvam o interesse comum dos farenses.

A proposta de alienação do referido Lote, manifesta a falta de visão estratégica e a incapacidade da maioria de direita para estabelecer um programa funcional para este espaço, adequado às reais necessidades dos farenses e ao necessário ordenamento do território.

A opção tomada condiciona e restringe à edificação de “equipamento hoteleiro”, quando o Plano de Urbanização da Penha permite usos mais amplos para o Lote 3, designadamente, “Equipamento complementar/ Empreendimento turístico”.

A infundada restrição do uso proposto, encontra-se indevidamente fundamentada, quer na necessidade de oferta complementar de alojamento turístico no concelho, quer na adequação da localização em causa para o fim especificado.



Tal equipamento pressionará, ainda mais, este território, quer do ponto de vista urbanístico, do tráfego automóvel e da necessidade de estacionamento, ao qual acrescerão novas edificações igualmente previstas no Plano de Urbanização.

Esta opção inibe opções coerentes de desenvolvimento urbano, coartando as legítimas expectativas intrínsecas ao referido Plano de Urbanização, adequando-as aos novos desafios sociais da descarbonização, da mobilidade urbana sustentável e da promoção da qualidade de vida, contrariando assim, os objetivos plasmados nos instrumentos de planeamento territorial e setorial desenvolvidos pelo Município de Faro, em particular na área da mobilidade e da ação climática.

Este Lote constitui um dos últimos redutos para que o Município, por exemplo, possa promover uma bolsa de estacionamento, numa das principais entradas da cidade, mitigando a pressão do automóvel no centro urbano, articulando-se com as opções de transporte público existentes e de micro mobilidade, ou apostar, de forma complementar, no desenvolvimento de uma cidade desportiva, alavancando os equipamentos já existentes, atribuindo-lhes funções complementares adequadas à localização próxima da Universidade do Algarve e ao perfil dos potenciais utilizadores/moradores, ou ainda, consolidar a premente oferta de alojamento para estudantes, designadamente com a edificação de residências universitárias.

Face ao exposto, por considerarem que a alienação do lote de terreno em apreço revela a falta de visão e ambição estratégica da coligação maioritária (PSD/CDS/MPT/PPM/IL) para o concelho de Faro, e que, complementarmente, compromete e inibe as oportunidades de promoção de um desenvolvimento sustentável e harmonioso, numa área, já de si, altamente pressionada do ponto de vista urbanístico, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista rejeitam esta proposta e as consequências que tal aprovação implicará.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista  
Faro, 30 de setembro de 2022  
Aquiles Marreiros  
Paula Matias  
André Lara Ramos”

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Já passámos das 22 horas e 30 minutos e, por isso, vamos preterir o ponto 6 para ir para o período de intervenção e esclarecimento destinado ao público, que está estabelecido pelas 22H30. Registamos seis inscrições de munícipes e, conforme manda o regimento, os munícipes dispõem de um período de 30 minutos, seis munícipes dá o período de máximo de cinco minutos a cada munícipe.

**Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.**

*Usaram da palavra:*

**Sr.<sup>a</sup> Munícipe Maria Antónia Vargas** – «Boa noite.



Portanto, quero saber por que é que aprovaram uma janela numa obra na Rua da Madalena n.º11 e 13, em nome do Norberto Góis Simão. Janela essa, que está mesmo em cima do muro do meu quintal, virada para o meu quintal, onde eu não tenho privacidade e nem segurança, pois vai ser um alojamento local. Em 2019, quando eu era funcionária desta Câmara, a senhora arquiteta Teresa Valente disse que não ia ser aprovada a janela, porque não era legal. E no meu último dia de serviço, o Sr. Dr. Bruno Félix disse: “a Antónia vá descansada que a janela não é aprovada porque não está conforme a lei.”

A obra foi embargada dois anos. No início deste ano, começou a obra, eu fui ao Urbanismo consultar o processo e lá estava à janela. Fartei-me de reclamar para a Câmara, mandar e-mails e mais e-mails, eu e o meu filho, e não responderam. Só responderam esta semana a dizer que a janela estava conforme o projeto. Ora, isso sei eu porque eu vi, mas está ilegal! Onde é que está o metro e meio que o PDM diz que tem que haver? Não existe! Pois está em cima do meu muro. Sr. Presidente, o senhor sabia porque o meu filho encontrou-o no café e mostrou no telemóvel a janela.

Portanto, eu quero saber porque é que eu tenho que *grammar* com esta janela? Eu tenho que ir para a justiça para me ver livre da janela. Acho que isso é muito injusto.

E gostava também de pedir a autorização à Mesa para mostrar as fotografias que se tirou, que é para os senhores Vereadores da oposição verem do que é que estou a falar.»

**Sr. Município António Mateus** – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores membros municipais, secretariado e digníssimo público.

Espero ser breve, mas deixem-me falar.

Ora, vamos ver aqui o que é que se está a passar de concreto. A Semana da Mobilidade! Um verdadeiro êxito comprovado na nossa capital do distrito de Faro, os jovens e adultos deram prova desta realidade. Mas a prova real é relevante – e tomem atenção a estas palavras – do senhor Diretor do Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, à Penha, Dr. Francisco Conde



Soares está de parabéns, sabe manter a diferença (e ele compreende esta frase, ele está na minha frente) na sua conduta. Muito obrigado.

Falando na Fagar e na pessoa do senhor administrador João Costa, a nossa cidade necessita de limpeza, mãos à obra. Os munícipes já têm mensalmente uma fatura a pagar bastante penosa, sem o devido retorno, como se comprova com várias zonas da cidade.

Quanto à União de Freguesias de Faro, na pessoa do senhor presidente Eng.º Bruno Lage, é um exemplo a seguir, desde o apoio aos mais carenciados, com a distribuição de alimentos no combate aos mais vulneráveis e à pobreza envergonhada, que temos muita infelizmente.

As áreas verdes da nossa capital já são uma referência com o esforço da sua equipa de trabalho de jardinagem, o que não era visível no passado.

Depois temos aqui a construção do futuro Hospital Central de Faro, já está publicado em Diário da República, em 29 de setembro de 2022, despacho da ex-Ministra da Saúde Dra. Marta Temido, estou solidário com esta necessidade para todos os farenses e para todos os algarvios. Chegou a altura do Sr. Presidente desta Assembleia, Dr. Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte, suspender a recolha das 7500 assinaturas com viagens e estadia no Parlamento Europeu, temos o assunto resolvido? É bem-vinda a sua opinião e o seu esforço físico e psíquico nesta tarefa, mas chegámos ao fim e realmente a sua boa vontade foi tudo e mais alguma coisa.

E depois temos aqui o senhor presidente desta autarquia, Dr. Rogério Bacalhau Coelho, preocupado está com o comboio de alta velocidade. Ele parece que agora está mais virado para as altas velocidades na nossa região. Mas a verdade seja dita, existem outras prioridades que deveriam estar na linha da frente: mais habitação social; três lotes em construção é insuficiente, não chega, não é nada.

A construção de uma área industrial, que já foi hoje aqui falado, um Parque Industrial, o que não existe, seria a criação de novos postos de trabalho, um bem necessário para a nossa capital e para ocupar aqueles que são os jovens que necessitam de trabalho digno, não é sazonal, é trabalho digno. Criação de postos de trabalho para essas pessoas.



Sr. Presidente, em face disto, eu penso que já não tenho mais nada para dizer, mas desejo uma boa noite e grato por este tempo que me foi dispensado.

Boa noite e muito obrigado.»

**Sr. Município Eduardo Peyroteo** – «Sr. Presidente da Assembleia, boa noite, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, digníssimo público, que é muito mais importante, que é quem é sempre votado, os senhores serão ou não.

Traz-me aqui dois ou três assuntos importantes para a cidade.

Sr. Presidente da Assembleia, vou aproveitar para colocar-lhe uma situação, que o senhor com certeza endereçará à Sra. Vereadora do Pelouro, a Sra. Arquiteta Sophie. No cruzamento da Rua Dom João de Castro com a Rua D. João Lúcio, existia antigamente um Posto de CTT, chamado os Correios da Pontinha. Junto a esse edifício está situado o edifício da Proteção Municipal, ou melhor, que a Proteção Municipal utiliza. Segundo o Código das Estradas, diz na alínea b) do n.º1 do seu artigo 49.º, que é proibido estacionar a menos de cinco metros, tanto para um lado como para o outro, dos cruzamentos, entroncamentos ou rotundas. O assunto que eu trago é o seguinte: Existe uma carrinha 4X4 da marca Ford, com a matrícula 06-ZQ-64, da Proteção Municipal de Faro, que abusivamente está estacionada ali, a menos de 50 centímetros do eixo da curva. Está marcado no chão! Efetivamente está marcado no chão. E porque está mal, não quero dizer que esteja correto. Se a lei diz que é proibido estacionar a menos de cinco metros do eixo da curva, naquele cruzamento, quem vem da designada Rua da Papelaria Sagres, que tem um Stop agora, se aquele veículo estiver ali estacionado, ninguém consegue ver quem vem na Rua D. João Lúcio, ninguém consegue entrar. Porque o veículo é de tal maneira alto que não se consegue ver quem vem da outra Rua. Questionado o Sr. Jorge Carvalho, que tenho o prazer de conhecer, coloquei-lhe o assunto e o senhor disse: ah, isso vai-te queixar à Câmara. Está ali marcado, o veículo está bem estacionado, se estivesse ali um camião, estava bem estacionado na mesma. Não quer dizer que ao estar marcado no chão, esteja perfeitamente bem estacionado. Eu disse-lhe, é uma questão de bom senso, porque se não se consegue ver e se não está ali



um lugar de estacionamento visível para quem vem a entrar na outra rua, não está bem estacionado.

Esse veículo é habitualmente utilizado pelo Sr. Rui Graça. É um senhor que deve ser o dono da Proteção Civil Municipal, não faço ideia, porque ele estaciona todos os dias, exatamente ali, em cima da curva.

Traz-me aqui outro assunto que já foi aqui colocado, que é o asseio da cidade. O asseio da cidade, e vou colocar também aqui o assunto do Largo de São Francisco, com o cruzamento da Rua Bombeiros Portugueses. No edifício antigo do Banif, um banco que estava ali na esquina, aquilo é um esterco autêntico. É um esterco! Os senhores passem lá e vejam o esterco que está no chão, das fezes dos pombos que existem ali. Se se diz que a cidade precisa de ser limpa, vejam ali, então, efetivamente, aquele sítio.

Existe também um outro local, chamado o Pombal de Faro, na Rua Adelino da Palma Carlos, num edifício que há mais de 30 anos está emparedado e que não se faz lá nada, é um pombal autêntico.

Traz-me aqui também um outro assunto, que é um assunto recorrente na cidade, o Passeio Ribeirinho. Passeio Ribeirinho, que eu quero questionar o Sr. Presidente da Câmara, se já está na posse do título constitutivo para tomar posse daquele terreno. Porque eu faço desporto, todos os dias passava por aquele local e neste momento tenho que dar a volta pela estrada. Ou pela estrada, ou pela estrada da Malvada que não tem condições de circulação. Não tem iluminação, é estreita, não conseguimos lá ter o mínimo de segurança. Portanto, eu questionava o Sr. Presidente para quando resolver aquele tipo de assunto.

Não me quero alongar muito mais, porque sei que há outras pessoas aqui presentes que vão falar sobre o assunto e, daí, agradeço só que me possa responder às perguntas colocadas. Muito obrigado e boa noite.»

**Sr. Munícipe Jorge Domingos** – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Faro, Srs. Vereadores.

É a primeira vez que uso este tempo para fazer aqui uma intervenção, mas para mim está a chegar a um limite e quero informar os farenses do que se está a passar com as Pontes de Marchil. E vou fazer uma intervenção curta, mas pretendo apenas constatar factos e colocar questões sobre os mesmos,



visando principalmente informar os farenses, porque os farenses precisam saber o que se está a passar ali.

O facto por mim numerado como um, será de conhecimento da maioria dos presentes. É no entanto importante que se relembre e como legítimos representantes dos farenses os possam divulgar.

A proposta de compra dos terrenos situados nas Pontes de Marchil partiu do município e do seu Presidente Eng.º Macário Correia, em 2011. Foi acordado o valor de 450 mil euros. Foi inclusivamente feita a declaração de interesses, assinada por ambas as partes, que resumo: “Os declarantes entregarão à Câmara um prédio misto, um prédio urbano e um rústico. Os declarantes receberão da Câmara Municipal de Faro, um prédio urbano térreo, no valor de 249 mil 231 euros e 200 mil em dinheiro.” Esse acordo foi assinado pelo Sr. Eng.º Correia, pela minha mãe já falecida e pelo meu primo Valter. “Mais autorizam a Câmara de Faro a dar início à empreitada, condicionando, no entanto, esta autorização à não realização de quaisquer trabalhos naqueles prédios mencionados, até à celebração de respetivo contrato desta permuta”. O que não aconteceu! Porque a Câmara, ilegitimamente, avançou e procedeu aos trabalhos para o Parque Ribeirinho.

O referido acordo foi submetido à apreciação da reunião de Câmara e da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada a respetiva compra. Na mesma Assembleia, foi também aprovada a compra pela Câmara do terreno desanexado em 2011, considerados nossos, terreno esse que foi comprado pelo valor de 250 mil euros.

A primeira questão, e gostava que houvesse respostas a estas questões. Os executivos seguintes não têm de honrar as declarações assinadas pelos anteriores?

Segunda questão, as decisões das Assembleias Municipais são para cumprir ou não? Para que servem?

Facto número dois: em 2014 foi apresentada a proposta de compra ou de expropriação no valor de 190 mil euros, o que não foi por nós de aceite, face à criação de expectativas relativamente a 2011. Três anos passados.

Terceira questão, a falsa criação de expectativas não é punida por lei?



Facto número três: como não existiu acordo, o município questionou a quem de direito, no sentido de saber se os terrenos seriam do domínio público marítimo, o que foi dado parecer favorável. Agindo no seu legítimo direito, o município obrigou-nos a refazer a história da transmissão de propriedade até a decisão final do Supremo Tribunal de Justiça, que considerou que os terrenos são do domínio público marítimo sim, existindo no entanto, uma concessão de exploração vitalícia e vendável, permitindo enxugar, vedar e cultivar. Os custos inerentes a esse processo ascenderam a mais de 60 mil euros gastos por nós.

Quarta questão: o município não se sente lesado por ter pago 250 mil euros por um terreno, sem ter pedido sequer o mesmo parecer que pediu para os nossos? Sem ser necessário para a efetivação sequer do Passeio Ribeirinho?

Quinta questão: existiu tratamento de igualdade entre nós e o proprietário do terreno contíguo?

Em resumo e para concluir, nós enquanto proprietários, não estamos contra as farenses, até porque também o somos. Não podemos é permitir que não honremos os nossos antepassados sendo tratados de maneira desigual, criando falsas expectativas, apelidados de chantagistas, quando na verdade a única chantagem partiu do município e da respetiva Assembleia Municipal, quando aprovam um valor e, passados três anos, vêm com outro substancialmente mais baixo, colocando-nos numa posição de, ou aceitam, ou vamos para a expropriação/ domínio público marítimo.

Solicito respostas às questões colocadas e agradeço que como políticos usem o poder delegado pelos votantes para um tratamento honesto e igualitário para todos os nossos munícipes. Muito obrigado.»

**Sr. Município Válder Silva** – «Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento todos os membros sentados políticos e não políticos.

O que me traz aqui pela primeira vez também, é a tal passeata ribeirinha em que andamos há onze anos. A passeata é um termo meu porque não gosto de passeio. O Jorge já disse quase tudo o que eu tinha a dizer, mas de qualquer maneira, eu gostaria de abordar um assunto que me deixa muito confuso como farenses, há só 72 anos nascido no Montenegro e ter feito



aquele caminho centenas de vezes, ainda vocês andavam a passear com os avozinhos.

Há pouco tempo ouvi acidentalmente uma entrevista do Sr. Presidente da Câmara à TVI, onde deu a perceber que o Jorge, que acabou de falar, e o Valter Alfaiate, são chantagistas, foi o que eu deduzi que quisesse dizer as palavras, que exigiam quinhentos e tal mil euros, quase seiscentos, mas essa importância nunca foi falada, só na cabeça da Sr. Presidente. E disse mais, que já tinha dito ao Gabinete Jurídico para tratar da expropriação. Mais uma coisa que o 25 de Abril trouxe que eu não sabia, que as Câmaras expropriavam o próprio Estado. Mas enfim, estou sempre a aprender.

Queria-vos falar de um outro assunto, que este era o fim da minha conversa, porque o princípio é uma proposta 130 de 2011 que dizia: “de harmonia com as deliberações da Câmara e Assembleia Municipal de Faro, de 22/06/2011, e 27/06/2011, e com vista à elaboração da correspondente escritura, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> (esta missiva foi dirigida ao Válder Manuel Domingos Alfaiate), fotocópia do bilhete de identidade, número de identificação fiscal e cartão de cidadão”, para o devido efeito, entregar no notariado da autarquia, para fim de escritura, que não pode ser outra, que é o Passeiro Ribeirinho, que tinham chegado a acordo pelos quatrocentos e cinquenta mil euros.

Pediram os documentos todos, o mandatário do Válder Alfaiate trouxe os documentos todos e qual não é o meu espanto, quando olho para a folha seguinte e leio “com os melhores cumprimentos, o Vice-Presidente, Rogério Bacalhau Coelho”. Este senhor, que é o atual Presidente da nossa Câmara, disse há poucos dias que o pagamento que ele exigia eram quase 600 mil euros. Consultou o Dr. Sebastião Teixeira, quando foi da outra parcela que era do Amaro, que foi comprada por duzentos e cinquenta mil euros, dos quais recebeu dezassete mil e qualquer coisa, não sei agora precisar, cento e sessenta e cinco mil euros, o valor era duzentos e cinquenta, novecentos e setenta e três, e a Câmara recebeu 70% do valor para pagar ao Sr. Amaro. Terreno esse que está limitado, pelo mesmo que está o do Valter Alfaiate. O Valter Alfaiate não recebeu dinheiro nenhum, nem 70% nem 2%, só recebeu o apelido bonito de chantagista, mais nada.

Andamos nisto há anos e anos e não saímos daqui, com ameaças de toda a natureza e eu digo ameaças, que como o doutor sabe, também me chamo



Valter, e também me chamo Manuel, tal qual como o Valter Alfaiate. Então não imagina quantas mensagens recebi deste filho de uma grande mulher. Sinto-me ofendido, primeiro com a Câmara Municipal, que é uma coisa que não se percebe, isto é uma coisa qualquer que não tem cabimento nenhum, mas enfim parece que não há nada a fazer perante factos que são verdadeiros, como o Jorge acabou de dizer, a Câmara não responde, a Câmara não paga. A Câmara não paga e devia pagar. Os senhores, que são oposição digam, falem, façam barulho, são 11 anos, um terreno que é dele, que foi comprado pelo bisavô dele, que por acaso não me era nada apesar de a gente ter o mesmo nome.

Para terminar, gostaria de ler aqui uma nota de imprensa que o Partido Socialista fez em 2015, salvo erro, quando diz que “ficou incompleto o Passeio Ribeirinho, fruto de uma quezília partidária entre o Presidente da Câmara e um militante e fundador do PSD de Faro, prejudicando os farenses em função dos interesses partidários pouco recomendáveis”. Será que é mesmo isso que está a impedir o Valter Alfaiate de receber o que é dele?

Eu, custa-me a acreditar, mas o Partido Socialista em 2015 tem uma nota de imprensa onde diz isto e que eu tenho guardada.

O Sr. Amaro recebeu o dinheirinho dele, os tais 250 mil euros, a Câmara recebeu 175 mil, e eu gostava que depois me explicassem se também receberam 70% da compra do terreno do Valter Alfaiate.

Muito obrigado.»

**Sr. Município Valter Alfaiate** – «Sr. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e o público em especial.

Quero pedir-lhe um bocadinho de benevolência para aquilo que eu vou expor, para que faça perante a sociedade civil um esclarecimento. Não sou chantagista e perante o meu único e querido filho que está ali, a quem eu tenho transmitido valores de honra, trabalho, dignidade e que seja uma boa pessoa, uma pessoa de bem e não tem que ouvir na praça pública, na televisão, para 10 milhões de pessoas, dizerem que o pai está a fazer um ato de chantagem. Quem faz um ato de chantagem é um chantagista! Há algum advogado aqui presente que me desminta isto?

Agradeço a sua benevolência se faz favor.



O Sr. Presidente da Câmara, deu uma entrevista (*o munícipe coloca em alta voz o seu telemóvel a referida entrevista*). Por acaso conhecem esta voz? Por acaso há alguém que desconheça esta voz? Aqui presente? Todos conhecem esta voz, não conhecem? Pois eu não sou nenhum chantagista, Sr. Presidente!

O senhor além disso, não disse a verdade. Não estou a dizer que o senhor mentiu, não disse a verdade. Eu não lhe pedi seiscentos mil euros, Sr. Presidente! O Sr. Presidente é que inventou. O que eu lhe mostrei de quinhentos e muitos euros foi uma avaliação que eu fiz em janeiro deste ano, onde a avaliação normal era avaliada em quinhentos e trinta e um mil euros. Porque aquela casa tem um coeficiente de avaliação, de Cacela até à Quinta do Lago, dentro da Ria Formosa. Deu-se ao ponto de avaliar essa casa, com uma avaliação que fez em janeiro novamente, todas por expropriação, essa casa com 550 metros, vale oitenta e seis mil euros e o terreno ao lado, onde não se pode colar dois bagos, vale duzentos e cinquenta mil. E mesmo o outro terreno está colado à minha casa, que é meu, o terreno vale oitenta e sete e a casa vale oitenta e seis, com 550 metros. Alguém compreende isto?

O que eu mandei ao Sr. Presidente porque o senhor pediu e o senhor não cumpriu a sua palavra, o senhor não disse a verdade, que foi por via desse advogado que anda aí, Vítor Silva, que me pediu para eu vir cá e eu tenho lá as chamadinhas todas no telefone, apontadas, o seu número de telefone, é que eu também não sou parvo nenhum e tenho mais idade que o senhor. Tenho todas as chamadinhas e quando vim aqui, o senhor pediu para não vedar o terreno e eu olhei-o nos olhos e disse-lhe: eu cumpro, vamos ver! À porta disse-lhe, olhos nos olhos, eu cumpro, vamos ver! O senhor não cumpriu. E o senhor prometeu que o seu avaliador ia falar com a minha avaliadora, arranjava um terceiro e avaliavam. No outro dia, estive à espera de si uma hora, dei-lhe o papel que o senhor entregou à D. Maria Antónia, para os avaliadores entrarem em contacto. Nada disso, fez! Nada disso! Faltou ao combinado. Quem falta ao combinado não tem palavra. Ensinou-me o meu bisavô que mais vale a palavra do que uma escritura. São berços!

E o que eu lhe disse foi: eu quero os 450 mil euros que está aprovado e quero 60 mil euros que o senhor me fez gastar em tribunais, advogados, à firma que foi lá à Torre do Tombo descobrir. E o senhor disse que ia preso se



pagasse isso. Oh, Sr. Presidente, o senhor disse que ia preso? Então e o senhor não pensou que ia preso, ou podia ser preso, como disse na entrevista que ia preso, por não cumprir uma ordem onde o senhor votou por unanimidade, na reunião de Câmara, que era Vice-Presidente, e esta Assembleia, por maioria, porque o PC se absteve? Aí não vai preso. O senhor não vai preso porque comprou um terreno ao lado, onde os 445 metros e está na certidão, que o Amaro vendeu aos caminhos de ferro, tenho tudo aqui para vocês verem... O Passeiro Ribeirinho foi feito em cima desse terreno. Não havia necessidade de comprar este terreno. Questões da vida... era o Presidente do MIM fazer a coligação com o PSD para a Junta da Freguesia. Se calhar essa coligação custou 250 mil euros... Penso eu, não sei se é verdade ou não, mas se calhar é. E isto tem um nome, que não vou dizer porque vocês sabem qual é o nome que isto tem. Ó Sr. Presidente, e eu é que sou o chantagista.

O senhor mandou perguntar e tenho aqui o mapa da linha, pedido pela Câmara, feito pelo Sr. Sebastião Teixeira, que tinham três anos antes feito um protocolo – que não está cumprido – onde se impõe a compra de três parcelas, a minha, a do lado e os quarenta e sete apartamentos. E o senhor não cumpriu. O que é que se sucedeu? Estou a dizer alguma mentira? Não sei porque é essa cara!

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Tem que terminar. Já lhe estou a dar bastante tolerância.»

**Sr. Município Valter Alfaiate** – «Sr. Presidente, tenha calma, eu peço-lhe calma porque eu estou aqui para defender a minha honra de chantagista.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «E já teve a oportunidade de o fazer.»

**Sr. Município Valter Alfaiate** – «Mas eu estou aqui a demonstrar...

Porque é que o senhor mandou fazer, em 2013 e 2014, três avaliações, todas por expropriação, se já estava combinado e aprovado em reunião de Câmara? Expropriação, e os advogados que estão aqui sabem, é quando as pessoas não se entendem e o tribunal depois manda fazer uma avaliação. Mas estava aprovado em reunião de Câmara e em Assembleia. E o senhor não fez. Fez as três por expropriação. Porquê? Não percebo!



Assim que o Macário Correia saiu, começou o ataque à minha pessoa. Mas será porque aquele terreno que está ali, que me iam dar em troca, juntamente com o outro canto do Peres, num estudo que foi feito, dá mais 11 apartamentos, que são entre 4 e 5 milhões de euros?

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Eu peço desculpa, mas tem de terminar. Já está a falar há 8 minutos. Eu dou-lhe mais 30 segundos e depois vou ter que lhe cortar a palavra, peço desculpa.»

**Sr. Município Valter Alfaiate** – «Eu vou terminar.

O senhor não viu o terreno ao lado, que estava a vender 15 apartamentos por 250 mil euros, da dona Maria Bispa, que não vende barato, 16.660 euros cada um. E foi para comprar seis lotes a quarenta e sete apartamentos por um milhão, setecentos e noventa e três, que dá 38.200, para habitação social e o outro era para comércio. Também não viu! Só viu o terreno do Valter.»

**Presidente da Assembleia Municipal** - «Muito obrigado. Já falou nove minutos, há regras aqui na Assembleia Municipal. Peço-lhe que se sente, tome o seu lugar para o Sr. Presidente poder responder a todos os municípios. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

D. Maria Antónia Vargas, diga-me só uma coisa: o prédio de que está a falar é na Rua da Madalena n.ºs 11 e 13? É esse que tem a janela virada para si?

**Sr.ª Município Maria Antónia Vargas** – Sim.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado. Eu irei ver e depois mandarei a resposta.

Relativamente ao que o Sr. António Mateus referiu, não colocou nenhuma questão diretamente, mas tomei boa nota e agradeço-lhe as recomendações.

Sobre o que o Sr. Eduardo Peyroteo referiu, também irei ver estas questões, mas para já dizer-lhe que independentemente daquele carro poder ser estacionado noutra lado, esta questão dos cinco metros existe em toda a cidade.



Relativamente ao que foi referido pelo Sr. Jorge Domingos e pelo Sr. Valter Silva, que fiquei muito contente de o ver aqui porque há muito tempo que não via, e relativamente ao que o Sr. Valter Alfaiate referiu, se me permitirem, darei a minha versão.

No mandato 2009-2013 estava a Pólis a fazer o projeto para o Parque Ribeirinho, aliás, concluiu o projeto para o Parque Ribeirinho, e era preciso executá-lo. Nesse projeto estava incluído um terreno, que como aqui já foi referido, da família do Sr. João Amaro e um terreno dos herdeiros, do qual o Sr. Valter Alfaiate e o Sr. Jorge Domingos são coproprietários e mais outra pessoa, salvo erro, na altura. E portanto, para executarmos o projeto, era preciso adquirir e ter a anuência das pessoas.

Relativamente ao processo do João Amaro, encerro já isso, foi feita a avaliação. A avaliação foi calculada nove euros/metro quadrado, que era o valor que a REFER tinha pago por expropriações anteriores naquela zona. E, portanto, foi utilizado esse critério. Os documentos estavam todos em ordem, fez-se a escritura, pagou-se e resolveu-se essa questão.

Faltava a questão dos terrenos do qual o Sr. Valter Alfaiate é coproprietário. Houve reuniões com o Eng.º Macário Correia e depois comigo próprio, no meu gabinete, onde hoje é o gabinete do vice-presidente, que na altura eu era vice-presidente, e foi acordado verbalmente. (Eu pedia ao Sr. Jorge Domingos que me fizesse chegar o documento que diz ter sido assinado pelo Eng.º Macário Correia e pela sua mãe, do qual eu não tenho conhecimento rigorosamente nenhum, mas pronto). Foi acordado no meu gabinete que iríamos tratar do procedimento para a aquisição daquele terreno e que na altura a família pediu mais dinheiro do que esse e depois chegou-se a uma plataforma de quatrocentos e quarenta e nove mil euros e mais qualquer coisa, se a memória não me falha, mas não estarei muito longe da realidade.

Essa aquisição seria feita por conta, em que pagaríamos duzentos mil euros em dinheiro e entregaríamos um terreno na Avenida 5 de Outubro, do legado da Dra. Mariana, que estava avaliado em duzentos e quarenta e nove e qualquer coisa, daí estes quatrocentos e quarenta e nove e qualquer coisa. Eu estou a citar de cabeça, isto foi aí em 2010, 2011. Mas falta dizer aqui uma coisa que nessa altura foi referida. Falta dizer aqui uma coisa: é que



este valor que foi falado estaria sujeito a uma avaliação. O município não pode adquirir imóveis, não pode alienar imóveis, sem fazer avaliação.

Até digo mais: na altura (estamos a falar de 2010, 2011, talvez 2011), uma transação destas, que era superior a trezentos e cinquenta mil euros, estava sujeita a visto do Tribunal de Contas. Hoje não estaria, porque o limite dos trezentos e cinquenta mil euros passou para novecentos e cinquenta, hoje não estaria, na altura estaria. E portanto, foi referido, fui eu que referi e o Eng.º Macário também, que este valor, que era uma base de partida, estaria sujeita a avaliação. Veio depois aqui com esses valores, é verdade.

Entretanto, estávamos em Plano de Reequilíbrio, não havia condições para desenvolver a aquisição.

Eu tomei posse a 10 de outubro de 2013 e, salvo erro, no início de 2014 disse: bom, vamos tratar deste assunto. E a primeira coisa que fizemos foi mandar avaliar e o avaliador fez a avaliação. Nessa avaliação, por exemplo, os terrenos do Sr. Valter Alfaiate são considerados a nove euros o metro quadrado. E depois há a parte urbana, que é diferente, e que tem que ser avaliada como parte urbana. Bom, a avaliação dava cento e oitenta mil euros, se não estou em erro, cento e oitenta, cento e noventa, andava nestes valores. E é a partir daí que o processo se desenrola.

Dizer que quando o município tem um projeto para desenvolver, a primeira coisa que tem que fazer, e está na lei, é entrar em contacto com os proprietários e tentar chegar a acordo. Este é o primeiro passo. Se não chegar a acordo, aí, o município passa para o processo de expropriação.

Expropriação significa ter um projeto, declarar interesse público, ter um valor avaliativo, declarar na Assembleia o Interesse Público, tomar posse do imóvel, depositar o valor da avaliação numa conta, e depois o Tribunal decide. E três coisas podem acontecer. O Tribunal decide que aquele valor é correto, o Tribunal decide que aquele valor é pouco, ou o Tribunal decide que aquele valor é muito e atribui um valor. E o processo está concluído. Não chegámos a acordo porque quando a família soube daquele valor, não aceitou, e a partir daí a família cortou o caminho.»



*(Nesta altura, o munícipe Valter Alfaiate dirige-se às bancadas com o intuito de entregar documentação aos seus membros, sendo advertido pelo Presidente da Assembleia)*

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Eu peço desculpa... Sr. Valter Alfaiate, desculpe lá mas não pode fazer isto. A Assembleia Municipal tem regras. Se o Sr. Valter Alfaiate quer dar alguma documentação para ser distribuída, dê aos serviços, os serviços vão ter consigo, fotocopiam a documentação e distribuem por todos os grupos municipais. Agora, o Sr. Valter Alfaiate não pode ir ter junto a cada deputado municipal e entregar documentação a seu belo prazer. Desculpe, mas isto tem regras, e se o senhor persistir em não cumprir as regras, eu tenho que tomar outras medidas e eu não queria fazer isso. Acho que é indesejável para todos, estarmos a escalar aqui esta situação. Peço-lhe que não volte a repetir. Muito obrigado.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Nessa altura, os coproprietários do terreno vedaram o terreno. E foi nessa altura que falamos com a Pólis, falamos com a APA e a APA de Lisboa analisa a situação e manda-nos para nós um auto onde diz que aquele espaço é domínio público hídrico. Com base nessa declaração, a Pólis continua o processo e desenvolve o Parque Ribeirinho. Se se recordam, o caminho, aquele pontão, foram das últimas coisas a ser feitas exatamente por causa disto.

Eu agora, a partir daqui, vou especular, mas percebem porquê. Com base nesta declaração, é domínio público o que é que se faz aqui? Penso que a família, os coproprietários, intentaram uma ação, que é o que se faz quando há domínio público hídrico marítimo e se pretende que seja privado. Intentaram uma ação, ação essa que teve, por aquilo que sei e não acompanhei o processo, duas recusas e num recurso para o Supremo Tribunal, o Supremo considera – e aqui ajudem-me, a família, se eu disser aqui alguma imprecisão, porque eu não li ainda o processo todo, a primeira ação, a segunda e a terceira – considera que aquilo é domínio público, e portanto não é domínio privativo, aliás, o Sr. Jorge Domingos acabou de referir exatamente isso, é domínio público, mas eu não sei se este será o termo certo, mas para se perceber, dá uma concessão à família para utilizar



aquele espaço. Portanto, o que temos hoje em presença é um ónus sobre aquele domínio público marítimo, em que os alegados proprietários, porque não são proprietários do terreno, têm um direito sobre aquele espaço, e é um direito com um fim e o fim é cultivar. É exatamente aquilo que estava anteriormente. Perante isto, nós mandamos avaliar novamente, e os cento e noventa mil euros que tínhamos anteriormente, passaram para cento e oitenta mil, mais mil, menos mil, mas é isto.

Fizemos a proposta à família para adquirir, não o terreno, que é domínio público marítimo, adquirir este direito. Nas conversas com os serviços, fizemos a proposta dos cento e noventa mil euros anteriores. A família não aceita isto, e temos neste momento uma avaliação feita pela família, ainda superior aos quatrocentos e cinquenta mil que tínhamos. Isto são os factos. Facto seguinte, a família manda cortar o caminho, põe gradeamentos, põe vedações, põe tudo.

Da análise que nós fazemos e estamos neste momento, posso partilhar aqui convosco, temos o nosso Gabinete Jurídico a tratar com a APA e entendemos que aquela ação que a família fez sobre o caminho não tem acolhimento legal. E daí, a semana passada, notifiquei todos os coproprietários, penso que são todos não temos conhecimento que haja mais algum, para retirarem a vedação que lá está, sob pena que sermos nós a ir retirar. E entretanto, estamos a ver com a APA os passos seguintes relativamente a isso.

E portanto, este é o figurino que nós temos desde o início.

Dizer apenas aqui uma coisa que eu acho que não disse. Na carta que foi aqui referida, onde nós pedimos os elementos para a escritura – é verdade, fui eu que assinei isso, os elementos nunca foram entregues na totalidade.

E portanto, estes são os factos. Já agora, complemento com algumas outras coisas paralelas.

O Sr. Valter Alfaiate já participou à PJ sobre isto.

Sobre a aquisição dos terrenos para os pescadores, já respondemos, já mostrámos o processo todo, aliás, ele foi visado pelo Tribunal de Contas e, portanto, até hoje nunca ninguém me importunou com esse processo. Portanto, pode dizer o que quiser, mas esse processo já foi escrutinado, inclusivamente foi escrutinado pelo Tribunal de Contas e foi escrutinado



pela Judiciária. Este que aqui está, também. E portanto, eu, em termos legais, estou à vontade.

Disse aqui na última Assembleia Municipal, e depois enviei por escrito, porque o Sr. Valter Alfaiate pediu, e eu disse aqui, se há alguma coisa ilegal que tenhamos feito, está ali a Judiciária aqui ao lado e está o Ministério Público.

E, portanto, sobre isso, eu estou aqui, volto a referir, para defender o interesse público, e quero deixar aqui muito claro: o ónus que tem sobre o terreno pode valer a nossa avaliação, não vale certamente quinhentos e muitos ou quatrocentos mil euros. E portanto, eu, se trazer aqui à Assembleia o pedido de autorização para quatrocentos ou quinhentos mil euros, eu ponho à vossa consideração, mas eu não assino isso, e eu não pactuo com isso.

E, portanto, neste momento, a questão já nem se põe, porque é assim: eu nem posso expropriar o terreno. Posso expropriar o caminho e vamos resolver isso. O terreno e a casa não, porquê? Porque eu, para expropriar o terreno, preciso de justificar o interesse público, preciso de ter um projeto. Ora, o Parque Ribeirinho foi feito sem aquele terreno. Quando não chegamos a acordo, a Pólis retirou aquele terreno do projeto. E portanto, hoje não existe projeto para utilizar aquele terreno. O que significa que se eu quiser expropriá-lo, tenho que fazer um projeto e chegar aqui e dizer assim: está aqui este projeto, é de interesse público. E os senhores entenderão se é ou não é. Bom, como não há projeto neste momento, eu neste momento não posso expropriar. Coisa diferente é o caminho.

Quero só terminar, agradecendo a paciência de todos, dizendo que é a última vez, acho que fui claro, e estou disponível, aliás, houve comissões dos vários partidos que analisaram na altura, aqui há anos, todo o processo. E portanto, estou disponível, mas não voltarei a falar aqui sobre este assunto. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu recebi um Requerimento da bancada do Partido Socialista, a requerer que a Proposta 500/2021 da autoria da Câmara Municipal, seja remetida



para a Comissão Municipal da Habitação desta Assembleia para que ela se pronuncie no prazo de 30 dias.

Ora, eu creio, e se houver outro entendimento fá-lo-emos, que eu tinha sido claro na exposição que aqui fiz a respeito da matéria em causa. O que foi determinado aquando da aprovação na generalidade do Regulamento foi que o Regulamento desceria à Comissão competente na especialidade. Portanto, esse ato já foi feito, já foi remetido para a Comissão da Habitação o Regulamento. Foi decidido no momento em que a matéria foi votada na Assembleia Municipal, foi entregue à Comissão competente, aliás, como se fez noutro Regulamento.

Por isso, nessa circunstância, este requerimento não pode ser aceite porque não tem efeito útil rigorosamente nenhum. O ato de outorga à Comissão de Habitação da Assembleia Municipal foi ele mesmo feito no momento em que o Regulamento foi aprovado, ponto final parágrafo. Portanto, este requerimento não tem efeito útil, razão pela qual não posso aceitar.

*(O membro Guilherme Portada, do G.M. do PS não concorda com a não aceitação do requerimento, solicitando que o mesmo seja lido.)*

Eu vou ler o requerimento.

“Exm.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Faro, considerando a existência de um lapso quanto à interpretação da votação ocorrida no passado dia 29 de abril de 2022 a propósito da proposta 500/2021/CM e considerando também que a ata desta reunião não foi ainda aprovada, vem a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro requerer a sua excelência, que remeta à proposta 500/2021/CM para a Comissão Municipal de Habitação desta Assembleia para que esta se pronuncie no prazo de 30 dias.”

É assinado pela bancada do Partido Socialista.

Portanto, o que nos vamos debruçar agora não é o requerimento em si. O que o Partido Socialista está a recorrer é da decisão do Presidente da Assembleia de rejeitar o requerimento. Portanto, quem entende que o Presidente da Assembleia Municipal não pode rejeitar a admissibilidade deste requerimento, vota nesse sentido. Quem entender que o Presidente



pode rejeitar este requerimento, vota noutro sentido. Não sei se me fiz claro a respeito das votações.

Eu vou tentar explicar outra vez. A votação é se o requerimento é admitido à discussão ou não, porque eu decidi rejeitar. O requerimento foi entregue à Mesa e eu não admiti o requerimento. E o Partido Socialista entendeu recorrer da minha decisão.

Portanto, eu vou propor: quem é a favor da minha decisão vota contra a admissão do requerimento. Quem é contra a minha decisão vota no sentido oposto.

Fiz-me perceber agora, melhor? Quem votar a favor, vota a favor da minha decisão da rejeição da admissibilidade do requerimento. Quem votar contra, vota contra a minha decisão. O que está em causa neste momento é a minha decisão. Vamos proceder à votação.»

#### VOTAÇÃO

Votos contra – 15 (10PS; 03CDU; 01BE; 01PAN)

Abstenções – 00

Votos a favor – 15 (09PSD; 02CDS; 01MPT; 01IL; 01PPM; 01CH)

*Face ao resultado da votação houve um empate.*

*Tendo o Presidente da Mesa voto de qualidade, o mesmo votou a favor da decisão de rejeição do requerimento, pelo que o requerimento apresentado pela bancada do Partido Socialista não foi aceite.*

*Seguidamente passou-se ao:*

#### **PONTO N.º 06**

**Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal cerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**Presidente da Câmara Municipal** – «Obrigado, Sr. Presidente.

Os processos em contenciosos andam na mesma ordem de grandeza.



A receita corrente, também estamos a comparar com o junho passou de vinte e seis milhões para quarenta e oito.

O endividamento de médio e longo prazo passou de 13.6 para cerca de 14, tem a ver com as obras que estão em curso com financiamento externo.

A receita de capital aumentou de dois para três milhões e meio.

Em termos da despesa temos uma dotação neste momento de vinte e um milhões, estou a falar de despesa de capital, estão comprometidos catorze, faturados sete, pagos seis, há uma dívida de transição de quatrocentos e cinquenta mil euros.

Em termos da despesa corrente temos quarenta e sete de dotação, trinta e nove de comprometido, faturado vinte e cinco, pago vinte e cinco, há aqui quinhentos e oitenta em trânsito.

Relativamente às atividades que se desenvolveram desde a última Assembleia, o 27.º edição de Festival de Folclore Infantil, que foi realizado exatamente no dia da última Assembleia; o 92º aniversário do Grupo Folclórico de Faro; o Coral Ossónoba também fez quarenta e dois anos; as festas de S. Pedro com grande relevância; o aniversário da ARPI; no Montenegro também grandes festas; estivemos no 75º aniversário da Cruz Vermelha Portuguesa, onde o município foi agraciado com a medalha de honra, que é a mais alta distinção atribuída pela Cruz Vermelha Portuguesa; ocorreu a 29.ª volta ao Algarve à Vela; o Arraial da APPCDM, que iniciou já as obras na Lejana para uma nova sede, que é sempre algo muito bom, com um financiamento da CCDR e cerca de um milhão e duzentos do município.

A Filarmónica fez a festa de final de Ano Letivo; entregamos à Junta de Freguesia de Santa Bárbara uma carrinha para utilizar nas suas atividades; realizou-se este ano, com muita angústia, a quadragésima concentração de motas que felizmente correu bem, foi um grande êxito e estamos todos de parabéns.

O dia da Ilha da Culatra, dia 19 de julho, que voltou felizmente a realizar-se; tivemos a visita do Presidente da República de Cabo Verde, numa visita não oficial; realizou-se novamente as Figuras à Rampa; estivemos na festa da Nossa Senhora dos Navegantes; novamente realizou-se o 9.º American Cars; o Dia Internacional da Juventude, com um conjunto de atividades; as festas



Nossa Senhora do Rosário nos Hangares. Todas estas atividades há dois anos praticamente não se realizavam.

Tivemos novamente a edição do Festival de Música Africana organizado pela Casa de Angola, que encheu o Jardim Manuel Bivar; o Folkfaro voltou a realizar-se; a Feira do Cavalo, este ano com mais dias e com a promessa de no próximo ano de ser toda a semana e que mesmo durante o Festival F decorreu muito bem; depois a realização do Festival F, que há dois anos não realizávamos, o que fizemos foi realizar as noites F, este ano felizmente embora tivéssemos começado a prepará-la já no final do primeiro semestre, mas correu tudo bem e foi um grande êxito; depois, nas vésperas do Dia da Cidade, tivemos na Sé a Cuca Roseta que encheu todo o Largo da Sé; tivemos as Comemorações do Dia da Cidade, este ano com alguns percalços mas correu tudo bem, homenageámos os quatro Presidentes de Câmara que nunca tinham sido homenageados com a Medalha da Cidade, e neste momento todos os Presidentes de Câmara, que eu saiba, foram homenageados; entregámos a Chave da Cidade ao Chefe de Estado-Maior da Armada, o Almirante Gouveia e Melo, um homem que foi fundamental para nós com as comemorações do Dia da Cidade e portanto decidimos aqui de alguma forma agraciá-lo com a Chave da Cidade, é a quarta personalidade que agraciamos com esta Chave da Cidade.

Nesse mesmo Dia da Cidade, fizemos o ato formal da consignação da obra da Ponte da Praia de Faro e portanto o prazo para o empreiteiro desenvolver a construção da Ponte começou a contar no dia 7 de setembro de 2022; um monumento aos pescadores que na Segunda Guerra salvaram um conjunto de militares que tinham caído aqui ao mar.

Depois, algumas toponímias na Lejana, com quatro distinções; inaugurámos o Centro de Alojamento de Emergência Social, construído pelo Movimento de Apoio à Problemática Social, numa instalação da Direção Regional de Agricultura, onde esteve a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Solidariedade a acompanhar-nos nesta mesma inauguração.

Depois também inauguramos a horta comunitária num terreno da Direção Regional da Agricultura que nos foi cedido, foi feito o projeto, aliás teve que vir aqui o projeto até para ser considerado interesse municipal, está concluído e foram entregues os vinte e tal ou trinta talhões; lançámos a



terceira edição do Orçamento Participativo; realizámos ainda a semana passada a Semana Europeia da Mobilidade, com muitas atividades; tivemos aqui o concerto do Virgul; a décima segunda edição do FARCUME com curtas metragens, com sala cheia, algo que já vai na décima segunda edição e é para continuar.

Depois tivemos novamente o FARO ATIVO, que também já não se realizava, tivemos praticamente todas as Associações Desportivas e os Clubes a participar, numa forma de dinamizar e de dar a conhecer ao fim e ao cabo os Clubes e Associações que temos no concelho e que fazem um trabalho espetacular, nomeadamente na questão da formação. Muito obrigado.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «A minha preocupação está direcionada mais uma vez para as escolas e queria fazer aqui referência ao trabalho da Escola Segura, na pessoa do Chefe Artur que reformou-se recentemente. Portanto, temos uma estrutura que tem sido uma mais-valia muito, muito importante no processo de ligação da escola com os cidadãos, com a CPCJ e com a autarquia e com o próprio trânsito que se aglomera nas entradas e saídas das crianças e jovens em todas as escolas do concelho.

Dizer que tem poucos agentes este projeto, este programa, e que seria de considerar ou de acompanhar, se possível, a reorganização que esta equipa precisa e o aumento de agentes, porque quando estão num lado não estão no outro, as entradas e saídas são quase em simultâneo por parte de todos os estabelecimentos escolares, portanto perguntar se tem acompanhado este processo, em que ponto é que poderá estar e solicitar que se dê uma especial atenção a este programa porque funciona muito bem. Muito obrigada.»

**Presidente da Câmara Municipal** – «Muito obrigado.

Só dar aqui uma nota que, aliás, no Dia da Cidade e foi a Assembleia que aprovou os nomes, homenageámos o Chefe Artur que tem sido o rosto, ao fim e ao cabo, daqueles homens que compõem a Escola Segura. Infelizmente para nós que ficamos sem ele, felizmente para ele passou à situação da reserva e portanto deixamos de poder contar com ele neste trabalho da Escola Segura.

Tem lá outros agentes. É evidente que são poucos, sabemos disso, aliás o problema não é só a Escola Segura é a falta de agentes que a PSP tem. Ainda



este grupo ainda vai fazendo um bom trabalho, mas a gente passa pela cidade e não vê praticamente agentes, não é um problema da Escola Segura, é por isso que estamos a desenvolver esforços para substituir esta ação que devia ser feita pela PSP e pelo Governo, passarmos a ser nós a pagar esta ação através da Polícia Municipal e aí penso que o membro António Mendonça também não está de acordo comigo, mas é assim. Muito obrigado.»

**Presidente da Assembleia Municipal** – «Muito obrigado Sr. Presidente. Concluído este ponto e ainda temos mais um ponto que são as moções, nós temos nove moções, são 23h57 minutos, eu creio que o que faz sentido nesta circunstância é suspender a sessão e adiar para a próxima segunda-feira. Não vejo como é que se vão discutir nove moções agora, em tão um pouco tempo.

Eu percebo que por vezes já há compromissos de natureza partidária que já estão previamente assumidos e obviamente que temos de ser sensíveis a essa circunstância. Face a esta objeção do Partido do Socialista, eu proporia que considerássemos o dia 4 ou 6 aqui no Salão Nobre, às 20 horas, para se dar continuidade à sessão da Assembleia Municipal.

Portanto, a maioria tem preferência pelo dia 6? Então fica marcada para dia 6 às 20 horas.»

*O Presidente da Assembleia Municipal declarou suspensa a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.*

---

---

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1.º Secretário da Mesa

O 2.º Secretário da Mesa